



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Theo Luís Santos de Souza

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO NEGRA NA
PANDEMIA DE COVID – 19.

Rio de Janeiro

2024

Theo Luís Santos de Souza

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO NEGRA NA
PANDEMIA DE COVID – 19.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em ciências econômicas.

Orientador: Professor Dr. Jaime Ernesto Winter
Hughes León

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

S385a Santos de Souza, Theo Luis
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO
NEGRA NA PANDEMIA DE COVID - 19 / Theo Luis Santos de
Souza. -- Rio de Janeiro, 2024.
58 f.

Orientador: Jaime Ernesto Winter Hughes León.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2024.

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro. I.
Winter Hughes León, Jaime Ernesto, orient. II.
Título.

THEO LUIS SANTOS DE SOUZA

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO NEGRA NA PANDEMIA DE
COVID – 19

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Instituto de Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
para a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 26/04/2024.

JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN - Presidente

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

CARLA CURTY DO NASCIMENTO MARAVILHA PEREIRA

Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

WILSON VIEIRA

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

AGRADECIMENTOS

Começando a agradecer de modo “clichê”, agradeço a Deus e a toda força do universo que me permitiu chegar a este momento. Sinto que este é só o início de uma bela jornada que pretendo traçar. Gostaria de agradecer ao meu orientador Jaime, que “comprou” minha ideia desde o início e me orientou de forma correta, elogiando quando achava que devia, mas ao mesmo tempo, me alertando com possíveis correções que deveriam ser feitas.

Agradeço meus pais, Isis Soraia Santos de Souza e Richard Dias de Souza, que sempre se dedicaram ao máximo para me dar o “melhor do melhor” dentro de nossa realidade, que lutaram pela minha educação, me elogiaram, me deram broncas e me incentivaram quando era devido. Sem vocês, eu não chegaria onde cheguei.

Gostaria de agradecer aos meus amigos da Rua Campos Sales, 170. Cristina, Julia e Josias, obrigado por cada momento em que compartilhamos nossas dores e risos como jovens que trabalham e estudam e buscam um futuro melhor para si e para seus familiares. Em especial, Julia, muito obrigado por todos os nossos momentos de relaxamento e reflexão e por deixar minhas obrigações tão mais leves. Levarei irmãos de coração para o resto da minha jornada. Aliás, obrigado Vinicius Alves (quinto integrante da minha família de coração), por ser tão presente na minha vida. Te amo muito.

Obrigado aos meus avós Helio, Marlene e Maria Alzira, que ajudaram meus pais a me criar com muito amor. Obrigado a todos os meus tios e tias que sempre foram muito presentes na minha criação também e me incentivaram a seguir meus sonhos, sempre acreditando no meu potencial. Agradeço a Yasmim, minha tia, porém irmã de coração, por ter me dado sobrinhos lindos e por sempre me apoiar na busca dos meus sonhos.

Até aqui, fui abençoado com amigos e familiares que me ajudaram a chegar a lugares incríveis na minha vida. Tenho certeza que ainda terei muitas vitórias na minha jornada e espero que todas essas pessoas que me ajudaram a chegar até aqui, ainda estejam na minha vida no futuro. A vitória não é só minha, mas é de todos nós. Com muito orgulho, sou fruto de uma família que me criou com muito amor e de amigos que me amam demais. Nasci em Bangu e quero conquistar o mundo, e tenho certeza que, com a ajuda de todas essas pessoas citadas, alcançarei meu objetivo.

RESUMO

Este trabalho trata sobre o mercado de trabalho da população negra na pandemia de COVID-19. Tendo como objetivos específicos entender como se deu o processo de abolição da escravidão brasileira e como isso influencia as dinâmicas raciais do século XXI, compreender o neoliberalismo brasileiro como um mecanismo que dificulta a luta antirracista e averiguar como se deu a política econômica pós-2010 e como isso foi um fator determinante, principalmente, no nível de renda da população negra.. Para isso, em termos metodológicos, será realizada neste estudo a captação da historicidade e processualidade do pensamento, ressaltando, principalmente, os processos e marcos históricos ao longo do tempo. Neste sentido, serão trabalhadas diversas controvérsias ao se analisar opiniões diferentes acerca de temas relacionados ao racismo. Por meio deste método, ao longo do trabalho, conclui-se que os negros representam a parcela mais vulnerável da população brasileira, sendo os mais prejudicados em situações de crise econômica e financeira. Nesse sentido, a medida do “auxílio emergencial” se mostra eficiente, porém, devido à má implementação do benefício e à desigualdade já existente entre a população negra e a população não-negra brasileira, é possível notar que a diminuição da desigualdade de renda não ocorreu permanentemente.

Palavras-chave: racismo; desigualdade; mercado de trabalho; auxílio emergencial; informalidade.

ABSTRACT

This document deals with the job market of the black population during the COVID-19 pandemic. With the specific objectives of understanding how the process of abolition of Brazilian slavery took place and how this influences the racial dynamics of the 21st century, understanding Brazilian neoliberalism as a mechanism that hinders the anti-racist struggle and finding out how post-2010 economic policy took place and as this was a determining factor, mainly, in the income level of the black population. To this end, in methodological terms, this study will capture the historicity and processuality of thought, highlighting, mainly, the processes and historical milestones throughout the time. In this sense, several controversies will be addressed when analyzing different opinions on topics related to racism. Through this method, throughout the work, it is concluded that black people represent the most vulnerable part of the Brazilian population, being the most affected in situations of economic and financial crisis. In this sense, the “emergency aid” measure appears to be efficient, however, due to the poor implementation of the benefit and the already existing inequality between the black population and the non-black Brazilian population, it is possible to note that the reduction in income inequality does not occurred permanently.

Keywords: racism; inequality; job market; emergency aid; informality.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ÍNDICE DE POBREZA (%). BRASIL: 2003 a 2009	29
GRÁFICO 2 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE POR COR OU RAÇA. BRASIL: 2012 a 2019	31
GRÁFICO 3 - TAXA DE FORMALIZAÇÃO (%) DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE POR COR OU RAÇA. BRASIL: 2012 a 2019	32
GRÁFICO 4 - TAXA DE INFORMALIDADE (%) DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE POR COR OU RAÇA. BRASIL: 2012 a 2019	33
GRÁFICO 5 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DOMICILIAR PER CAPITA (R\$) POR COR OU RAÇA. BRASIL: 2012 a 2019.....	34
GRÁFICO 6 - QUANTIDADE DA POPULAÇÃO (%) (DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE) POR COR OU RAÇA ENTRE OS 10% COM MENORES RENDIMENTOS. BRASIL: 2012 a 2019	35
GRÁFICO 7 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) ENTRE PESSOAS DE 16 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR OU RAÇA. BRASIL: 1º TRI 2020 ao 4º TRI 2021	40
GRÁFICO 8 - TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO (%) ENTRE PESSOAS DE 16 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR OU RAÇA. BRASIL: 1ºTRI. 2020 AO 4º TRI. 2021 ..	41
GRÁFICO 9 - TAXA DE INFORMALIDADE (%) ENTRE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR OU RAÇA. 1º TRI. 2020 ao 4º TRI. 2021.....	42
GRÁFICO 10 – PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADOS COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO (%). BRASIL: 2019 a 2021.....	43
GRÁFICO 11 - PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS SEM ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (%). BRASIL: 2019 A 2021	44
GRÁFICO 12 - JOVENS DE 15 A 29 ANOS DE IDADE QUE NÃO ESTUDAM E NÃO ESTUDAM E NÃO ESTÃO OCUPADOS. BRASIL: 2019 A 2021	45
GRÁFICO 13 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DOMICILIAR PER CAPITA (R\$) POR COR OU RAÇA. BRASIL: 2019 a 2021	48
GRÁFICO 14 - RENDIMENTO-HORA MÉDIO REAL DOMICILIAR PER CAPITA (R\$) POR COR OU RAÇA. BRASIL: 2019/2021	50
GRÁFICO 15 – RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (R\$) POR RAÇA/COR E SEXO. BRASIL 1º tri 2020; 2º tri 2020; 2º tri 2021	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEF – Caixa Econômica Federal

BPS - Boletim de Política Social

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OMS – Organização Mundial de Saúde

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PT – Partido dos Trabalhadores

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. PANORAMA RACIAL BRASILEIRO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	11
1.1. CONDIÇÃO DO HOMEM NEGRO PÓS – ABOLIÇÃO	13
1.2 RACISMO E SEXISMO: UMA PERSPECTIVA PARA MULHERES NEGRAS PÓS ABOLIÇÃO	14
1.3 AFASTAMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICA E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
2. O NEOLIBERALISMO BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO NEGRO	24
INTRODUÇÃO.....	24
2.1 BALANÇO DO MERCADO DE TRABALHO NOS GOVERNOS DE FHC (1994 – 2002)	25
2.2 TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO PARA OS NEGROS AO LONGO DOS ANOS 2000	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
3. O MERCADO DE TRABALHO NEGRO NA PANDEMIA DE COVID-19	38
INTRODUÇÃO	38
3.1 O DESEMPREGO E SUA RELAÇÃO COM A TAXA DE INFORMALIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NA PANDEMIA DE COVID-19	39
3.2 A GESTÃO DE BOLSONARO NA CRISE PANDÊMICA E SUA RELAÇÃO COM A PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS	46
3.3 UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NA POPULAÇÃO NEGRA	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o mercado de trabalho da população negra por meio de uma análise histórica da desigualdade racial e uma análise econômica mais recente, focada em como medidas neoliberais são capazes de afetar os índices do mercado de trabalho como um todo, afetando, sobretudo, a população negra que, como será visto, representa a maior parte dos trabalhadores informais. Portanto, é importante ressaltar que a situação de vulnerabilidade dos negros no período pandêmico é resultado de um mercado de trabalho negro já instável no período pré-pandêmico.

Desse modo, os objetivos específicos deste trabalho são: a) entender como se deu o processo de abolição da escravidão brasileira e como isso influencia as dinâmicas raciais do século XXI; b) compreender o neoliberalismo brasileiro como um mecanismo que dificulta a luta antirracista; c) averiguar como se deu a política econômica pós-2010 e como isso foi um fator determinante, principalmente, no nível de renda da população negra. De modo geral, é importante entender como o funcionamento da estrutura capitalista, pode contribuir na dinâmica racial de uma sociedade. De acordo com ALMEIDA (2018):

A história do racismo moderno se entrelaça com a história das crises estruturais do capitalismo. A necessidade de alteração dos parâmetros de intervenção estatal a fim de retomar a estabilidade econômica e política – e aqui entenda-se estabilidade como o funcionamento regular do processo de valorização capitalista – sempre resultou em formas renovadas de violência e estratégias de subjugação da população negra. (ALMEIDA, 2018, p. 201).

Portanto, é importante entender que a população negra brasileira sempre foi colocada em um lugar de vulnerabilidade perante aos acontecimentos políticos e econômicos do país, isto é, em momentos de crise, é de se esperar que a população negra seja a mais afetada, mesmo que todos os cidadãos tenham suas vidas impactadas em um cenário de crise pandêmica, como foi no caso da COVID-19. Segundo o boletim especial do DIEESE (2021):

A pandemia do coronavírus acentuou as diferenças. No momento do isolamento, uma parcela muito maior de mulheres e homens negros perdeu o trabalho e voltou para casa, sem perspectiva de nova ocupação. Antes inseridos em ocupações de

baixa qualificação e rendimento e, no caso das mulheres, no emprego doméstico, esses trabalhadores saíram do mercado de trabalho, mas, antes da vacinação, começaram a voltar, devido à necessidade de renda para a sobrevivência. (DIEESE, boletim especial, 2021, p. 9).

Apesar desse trecho já indicar como este trabalho pretende compreender a situação dos negros na pandemia, será realizado, ainda, uma contextualização histórica do tema, que busca compreender como ocorreu a abolição da escravidão e como a população negra foi abandonada pelo poder público. Além disso, o final do século XX e início do século XXI também são períodos abordados, demonstrando que, em mais de 100 anos de abolição, os negros ainda representam a parcela mais vulnerável da sociedade.

Portanto, a abordagem das controvérsias, desenvolvida pelo Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é utilizada aqui. Esse método foi sintetizado e pode ser encontrado em Curty e Malta (2022) e é desenvolvido no Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro para analisar a história do pensamento econômico brasileiro. Iremos realizar também um pesquisa empírica descritiva, para sinalizar o nível de segregação racial no Brasil a partir das variáveis reais da economia (emprego e renda) e da política de assistência social. A partir de dados da PNAD-Contínua, do Censo e do DIEESE.

Além da conclusão, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo pretende destrinchar um pouco mais do panorama da desigualdade racial brasileira mediante a uma contextualização histórica. O segundo capítulo já explora a consolidação “oficial” do neoliberalismo no Brasil com o “Plano Real” e como as medidas neoliberais foram capazes de prejudicar o mercado de trabalho brasileiro como um todo, além de abordar os acontecimentos políticos durante o período dos governos do PT, bem como o golpe jurídico-parlamentar de 2016 e toda a relação desses eventos com a população negra. No terceiro capítulo, a pandemia de COVID-19 é de fato abordada, com o objetivo de compreender qual era a situação do mercado de trabalho da população negra naquele momento (2019 - 2020) e como foi a evolução em alguns indicadores dos cidadãos pretos e pardos ao longo do período pandêmico (2020 e 2021), sob o governo ultraconservador de Bolsonaro.

1. PANORAMA RACIAL BRASILEIRO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

INTRODUÇÃO

O capítulo introdutório deste trabalho tem como objetivo discutir o lugar que cabe ao negro na sociedade brasileira historicamente. Isto é, dada a grande disparidade de indicadores socioeconômicos atuais, é necessário compreender como o fenômeno do racismo agiu durante o Brasil colônia e como se deu após o período de sua abolição a fim de abordar a desigualdade econômica e racial em um período pandêmico. Portanto, compreender o “hoje” requer entender o lugar que foi dado ao negro ao longo dos anos.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o estudo que norteia a pesquisa econômica no Brasil, de modo geral, não contempla a amplitude dos homens e mulheres negros e negras. Tendo em vista a utilização de um referencial teórico influenciado pelo eurocentrismo que encara o racismo como um fenômeno individual, isto é, entende-se que a ideia de discriminação é perpetuada apenas por pessoas tidas como preconceituosas, sem considerar os mecanismos institucionais e estruturais que o racismo consegue operar (HERDEIRO, 2021). Desse modo, o racismo, em meados do século XX, é definido como um problema, sobretudo no mercado de trabalho, entretanto, individualizado e sem tentativas de buscar as razões para as desigualdades existentes, com trabalhos acadêmicos que procuravam “apenas” descobrir o grau de discriminação existente entre as médias salariais (HERDEIRO, 2021).

Autores neoclássicos, como Becker (1957) e Arrow (1973), acreditam que investimentos em educação são capazes de tornar os indivíduos mais produtivos ao aprimorar as habilidades dessas pessoas, isto é, apontam a teoria do capital humano como referencial. Entretanto, enxergar a questão racial somente por esse ponto de vista significa reduzir o racismo a um problema ideológico sem considerar questões políticas e econômicas, além disso, perpetua a ideia de responsabilização individual em relação ao próprio fracasso, tornando o debate racial uma questão sobre meritocracia, tendo em vista que a lógica neoclássica entende o racismo como uma questão de superação pessoal, mesmo com toda a desigualdade existente no campo educacional brasileiro (ALMEIDA, 2018).

De acordo com Silvio Almeida (2018), o racismo assume três concepções na sociedade brasileira. A primeira se trata da concepção individualista, tal qual os neoclássicos supuseram, ou seja, compreende o racismo como uma “patologia” atribuindo

irracionalidade ao indivíduo que comete racismo, logo, este seria um criminoso, passível de sanções civis, devendo ser combatida no campo jurídico. Contudo, ao tratar esse fenômeno como algo “anormal” a análise do problema racial pode ser prejudicada como um todo. De acordo com Silvio Almeida:

No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados ‘homens de bem’ (ALMEIDA, 2018, p. 19).

Já a segunda concepção se trata da concepção institucional do racismo. Aqui, o racismo não é resumido a atitudes individuais e sim, como o próprio nome diz, está relacionado às instituições que são capazes de atuar tanto de modo direto quanto indireto perpetuando discriminações raciais. O Estado é capaz de estabelecer normas e padrões de vida na sociedade, ou seja, o indivíduo se torna cidadão perante as leis e regras criadas por instituições, nesse sentido, as instituições são capazes de moldar o comportamento humano, além de carregarem os conflitos existentes em sociedade, sendo “corrompidas” por conflitos sociais de grupos que querem dominar a sociedade. Portanto, determinados grupos ao assumir o poder, conseguem impor interesses ideológicos, políticos e econômicos para o restante da população, fazendo com que o poder seja o fator determinante das relações raciais de uma sociedade, tratando o racismo como um fenômeno de dominação.

A terceira concepção de racismo é a estrutural. Nesse último raciocínio, a discriminação racial institucional apenas ocorre, pois, a sociedade é racista. Essa conclusão, à priori, parece ser óbvia, entretanto, o que de fato significa é que, se a instituição é fruto de uma materialização da ordem social que precisa ser resguardada, o racismo, portanto, faz parte de uma estrutura social que precede a criação das instituições. Desse modo, precisa ser combatido com políticas internas capazes de promover ativamente a igualdade racial, bem como facilitar o acesso de minorias em posições prestigiadas na instituição, isto é, na sociedade estatal.

A implementação da “Lei de Cotas” em agosto de 2012, por exemplo, é uma política que visa estabelecer uma equidade de condições para o acesso da população negra ao ensino superior. Pensar em uma sociedade que não aplique este tipo de ação significa que “as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais

corriqueiras, dentre as –quais o racismo, na forma de violência explícita ou de micro agressões – piadas, silenciamento, isolamento etc” (ALMEIDA, 2018, p. 21). Ou seja, o fato do governo precisar implementar uma política pública a fim de acabar com a disparidade racial seja ela econômica ou social, significa que, ao longo da construção do Brasil atual, o cidadão negro enfrentou dificuldades para ascender socialmente, já que sua condição após a abolição da escravidão foi estabelecida pelos estereótipos racistas brancos.

1.1 CONDIÇÃO DO HOMEM NEGRO PÓS – ABOLIÇÃO

Pensando o racismo como um fenômeno individual, institucional e, principalmente, estrutural, os estudos acerca da problemática racial devem, sobretudo, seguir uma linha temporal de acontecimentos históricos que pudessem explicar a degradação social do cidadão negro atualmente. Portanto, estudar o regime escravocrata, sobretudo sua desagregação em 1888, é muito importante para entender o caráter estrutural racial brasileiro, compreendendo, principalmente, a estratificação racial peculiar em uma sociedade de castas e estamentos, mecanismo compreendido por Florestan Fernandes (1964).

É necessário prestar atenção às condições em que o negro se tornou liberto, ou seja, em qual situação o negro é deixado logo após a abolição da escravidão. Enquanto a escravidão no Brasil durou 388 anos, a abolição, de uma hora para outra, tornou o escravizado um “senhor de si mesmo” (FERNANDES, 1964), eximindo os senhores de café de responsabilidades mínimas para a segurança dos libertos, entretanto, nenhuma instituição assumiu essas responsabilidades, deixando-os sem preparação para seu novo regime de vida. Pelo contrário, foram criadas instituições ao longo do século XIX para que a transição para o trabalho assalariado fosse tutelada por cima. A consequência em cada região brasileira depende de como estava a situação econômica pré-abolição. Em áreas onde não havia grande desenvolvimento econômico, já não havia mais escravos, pois estes já tinham sido negociados com fazendeiros do sul, por exemplo. Já em zonas que tinham a exploração do café como promotor da economia em sua totalidade, o caminho iria depender de como estava o nível de produção. De acordo com Florestan Fernandes:

Onde a produção se encontrava em níveis baixos, os quadros da ordem tradicionalista se mantinham intocáveis: como os antigos libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a

degradação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região. Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados trabalhadores nacionais, que constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantido fora de atividades produtivas, em regiões prósperas, em virtude da degradação do trabalho escravo) e, principalmente, com a mão de obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais. (FERNANDES, 1964, p. 31)

Ou seja, a partir do momento em que o negro perdeu sua posição de mão de obra exclusiva, ele deixou de ter importância para as camadas dominantes, além do mais, a legislação brasileira permaneceu simplesmente indiferente a essas complicações do novo regime no Brasil. Desse modo, de um lado, o negro via o novo regime de trabalho como homem livre, uma oportunidade de dignidade perante sua própria humanidade, portanto, agora, ele poderia ser uma pessoa com direitos e deveres, que tem a sua liberdade para decidir como e onde pode trabalhar. Por outro lado, para o imigrante europeu, o trabalho no Brasil era uma maneira de iniciar uma vida nova em um novo lugar, se sujeitando a um regime servil, sem questionar as bases morais ignoradas para a execução do trabalho, ou seja, enquanto o negro estava exigindo os mínimos direitos de condições trabalhistas que os foram negados durante 388 anos, o imigrante considerava qualquer tipo de trabalho, sendo que, para o branco que contratava os seus funcionários, isto é, para o dono do meio de produção, o que mais importava realmente era o lucro, portanto, fazia mais sentido contratar uma pessoa que não tivesse nenhum tipo de exigência.

Além disso, o que se nota é que os fazendeiros tinham uma maior estima pelos colonos portugueses, alemães e italianos devido a uma ideologia do branqueamento que já estava sendo colocada em prática (FERNANDES, 1964), nesse sentido, além da relação entre os escravizados e imigrantes que se construía no mercado de trabalho, o destino à ordem estabelecida para a sociedade de classes e estamentos no Brasil já estava sendo traçado, colocando não apenas o homem negro no seu “devido lugar” imposto pelo branco, mas também, a mulher negra.

1.2 RACISMO E SEXISMO: UMA PERSPECTIVA PARA MULHERES NEGRAS PÓS ABOLIÇÃO

O racismo, como já abordado anteriormente, tem esse caráter estrutural devido, sobretudo, à maneira como foi realizada a abolição da escravidão, sem contar, claro, as condições desumanas em que os negros foram colocados durante todos os anos sendo escravizados. Entretanto, é importante compreender qual era o lugar da mulher negra em um país com intensa mão de obra escrava e quais eram as perspectivas para essas mulheres pós-abolição.

Enquanto a competição com o indivíduo “estrangeiro” era alta para trabalhos braçais (em sua maioria), na área dos serviços urbanos (em que a grande parte da força trabalhadora é mulher, sobretudo, mulheres negras), o que se percebe é que não ocorreu uma grande concorrência, ao menos, de imediato. Os serviços domésticos no regime escravocrata eram capazes de promover um maior contato com a mulher escravizada e o colono (e sua família), provocando uma relação um tanto quanto paternalista e criando estereótipos já conhecidos, atualmente, como a “mãe preta” ou “mucama” (GONZALEZ, 1984).

Desse modo, o imaginário social do lugar da mulher negra na sociedade brasileira passou a ser construído mediante tal cenário. Quando se estuda as opressões e os estereótipos criados pelo racismo e sexismo (além da opressão de classe) é possível inferir que a mulher negra é permeada de “mitos” sobre sua existência. A “mulata” do carnaval, por exemplo, é um arquétipo racista criado que demonstra o lugar da mulher negra de pele clara, ou seja, um mito originário da falsa “democracia racial”, conceito que vem da época da transição para o trabalho livre e que seria amplamente difundido no século XX nas entrelinhas da obra de Gilberto Freyre (1933), que tem como objetivo classificar o Brasil como um país que não há conflito de raças devido à miscigenação que ocorreu no território brasileiro. Ao mesmo tempo em que essa mulher negra é endeusada e extremamente sexualizada, no cotidiano, seu lugar já é outro: o da doméstica. (GONZÁLEZ, 1984).

A divisão sexual do trabalho, aprofundada pelo capitalismo, demonstra como é o papel da mulher em uma sociedade patriarcal: garantir a perpetuação de um fluxo contínuo de mão de obra para as próximas gerações. Isto é, enquanto os homens são responsáveis por garantir o sustento dentro de casa, as mulheres ficam com tarefas domésticas não remuneradas, além de se dedicarem a cuidar dos filhos e idosos, ou seja, a perpetuação da divisão sexual do trabalho é necessária para a ótica capitalista de acumulação de capital. Tal qual a famosa frase “por trás de todo grande homem, há uma grande mulher”, a realidade no capitalismo é exatamente essa: o homem consegue seu

sucesso profissional e reconhecimento para tal, mas, para isso, “a mulher deve ser responsável pelo cuidado e reprodução da vida própria e alheia” (OLIVERA, 2022, p.8).

Quando é colocada a questão racial na problemática, é possível notar que a situação da mulher negra é ainda mais complexa e remonta aos mais de 388 anos de escravidão vigente no território brasileiro, que deixa suas raízes até os dias de hoje. De acordo com Beatriz Nascimento:

Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra, pode ser considerada como uma mulher essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, como tendo um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher, e, portanto, mãe em potencial de novos escravos, dava-lhe a função de reprodutora de nova mercadoria, para o mercado de mão-de-obra interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão-de-obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro. (NASCIMENTO, 1976, p 01).

Portanto, a mulher negra, desde a escravidão já é colocada em uma posição diferente da mulher branca. Enquanto mulheres brancas são vistas como frágeis e incapazes de realizar tarefas que a sociedade impõe como masculinas, para as mulheres negras não é dada a possibilidade de serem frágeis, tendo em vista que, na visão do senhor de café, a mulher negra ainda é uma escrava, isto é, uma mercadoria aos olhos do colono. Entretanto, a escravizada ainda tinha seu “papel de mulher” atribuído pela divisão sexual do trabalho, ou seja, ela ainda tinha o papel de perpetuar uma nova mão de obra escrava para dar continuidade ao sistema escravocrata vigente na época. Devido a essas diferenças, é extremamente necessário ressaltar a importância de entender a pluralidade de cada mulher, promovendo a interseccionalidade dentro de uma análise social, uma vez que tentar considerar as mulheres como se fossem um grupo homogêneo inviabilizaria a luta por equidade (OLIVERA, 2022, p. 9).

Desse modo, no caso das mulheres negras, as desigualdades de gênero, raça e classe presentes no período escravocrata determinam o papel da negra como “mucama” e perpetua a exploração da mulher negra no âmbito doméstico. Quando ocorre a abolição da escravidão e o trabalho de reprodução e doméstico pode ser mercantilizado, o que acontece é um trabalho de remuneração baixa, análogo à escravidão e com condições extremamente precárias de contratação. Já é de se esperar que, devido a uma herança

escravocrata, a maioria das empregadas domésticas são negras. Nesse sentido, de acordo com Lélia Gonzalez:

E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba [...])² só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço (GONZALEZ, 1984, p. 230)

Inclusive, é importante pontuar que, apenas em 2013, o Brasil evoluiu, minimamente, no reconhecimento do trabalho doméstico e na luta do estabelecimento de maior igualdade entre as trabalhadoras domésticas em relação aos demais trabalhadores urbanos. Entretanto, apesar dessa importante alteração na Constituição Federal, a dificuldade de fiscalização de empregadores ilegais somada à dificuldade de diminuir a informalidade no setor são desafios ainda muito difíceis de serem combatidos no Brasil, aliás, como deveria ocorrer a fiscalização em uma esfera tão privada como uma casa de uma família de classe média alta?

Nesse sentido, não são raros os casos em que mulheres, sobretudo, negras trabalham em condições análogas à escravidão. No dia 13 de maio do ano de 2022, uma reportagem no G1 informava que uma idosa negra foi resgatada de uma casa após ficar 72 anos em uma situação análoga à escravidão: “Segundo o órgão, a idosa passou a vida inteira trabalhando para a mesma família sem receber salários nem benefícios. O órgão alerta que casos como o dela, 134 anos após a Abolição da Escravatura, não são raros” (NOVO et.al, 2022).

Além do mais, é importante ressaltar que, devido à divisão sexual do trabalho e ao racismo estrutural e institucional, a vida da mulher negra é perpetuada por uma outra preocupação: o medo constante de perseguição policial com relação a seus filhos. Enquanto a mulher branca já se preocupa naturalmente com a segurança de seus filhos, a mulher negra precisa se preocupar com uma perseguição sistemática contra a população preta e parda, na qual a polícia representa um mecanismo de repressão estatal que tem como objetivo manter os interesses da elite branca intactos, sendo assim, os alvos clássicos da polícia são jovens negros com menos de trinta anos. Ainda, para Lélia Gonzalez:

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país). (GONZÁLEZ, 1984, p. 231)

É extremamente importante abordar o papel da mulher negra como mãe em um sistema que constantemente a lembra do papel de cuidado que ela exerce na sociedade brasileira como um todo. Tendo em vista que, o dever da mucama era justamente cuidar das crianças brancas desde sua primeira infância, além de servirem como objetos de violência sexual para seus senhores, ou seja, a mulher negra ocupou um papel decisivo no objetivo de branquear a nação, demonstrando a maneira desumana em que a miscigenação ocorreu no Brasil.

1.3 AFASTAMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICA E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

O racismo no Brasil pós abolição funcionava diferente para o cidadão negro, dependendo da sua ocupação na época em que não era liberto. Os negros que não faziam parte da casa grande, por exemplo, eram excluídos de certos “privilégios” que os negros que trabalhavam dentro da casa podiam ter, como aprender a ler e escrever, administrar uma casa, além de terem acesso a roupas mais refinadas, ou seja, quando ocorreu a abolição da escravidão de fato, esses negros que viviam dentro da casa grande, estavam um pouco mais preparados para o mercado de trabalho (lembrando que, mesmo com mais acessos, o cidadão negro ainda tinha muitas dificuldades de frequentar lugares da elite branca).

É extremamente importante pontuar que os negros que frequentavam a casa branca, em sua maioria, eram filhos de escravizadas com senhores de engenho que, por terem a pele mais clara, tinham um tratamento diferenciado do “escravo da lavoura”, mesmo que, ainda assim, sofresse discriminação racial. Desse modo, a elite branca estabelece o indivíduo europeu e branco como o ideal étnico de uma sociedade e, quanto mais uma pessoa se afasta deste ideal, menos valorizada ela é, portanto, quanto mais

escura a pele, menos aceito socialmente o indivíduo é. Entretanto, quando o mito da democracia racial é utilizado como argumento, é criado um impasse na luta de direitos, tendo em vista que, se somos todos miscigenados e não há racismo, como se pode construir uma crítica à dinâmica racial vigente no país?

Na medida em que se estabelece o mito da democracia racial em uma sociedade que enxerga o cidadão branco europeu como o ideal, o negro se afasta cada vez mais de suas origens sem perceber o quão nocivo isto é para sua própria existência. Ou seja, o indivíduo não-branco, de um modo geral, cria um cenário paralelo para fugir de sua própria existência em uma realidade que os discrimina, dificultando a própria união do povo negro. De acordo com Clóvis Moura (1988), no recenseamento de 1980 do IBGE, os indivíduos não-brancos brasileiros se identificaram, ao todo, com cento e trinta e seis cores diferentes, sendo elas as mais diferentes possíveis (acastanhado, bem clara, bem morena, meio ouro, jambo, mulata e muitas outras). Isto representa uma realidade nua e crua brasileira, em que, após quase 100 anos da abolição da escravidão (de 1888 até 1980), o cidadão brasileiro não consegue enxergar, e ter orgulho, de suas próprias raízes.

O negro, portanto, é vítima de uma ideologia do branqueamento das elites de poder, que não permitiu a formação de uma consciência de identidade étnica do povo escravizado. Além disso, ainda há uma espécie de acomodação de valores racistas da própria população negra de tal modo que, por meio do esvaziamento dessa consciência étnica, é capaz de impor um sistema classificatório em que a classificação “mulato” é facilmente aceita por toda a sociedade, indicando a repulsa pelo lugar marginalizado em que o negro foi colocado durante a escravidão e após a sua abolição.

A miscigenação, da maneira que foi perpetuada no território brasileiro, portanto, é capaz de hierarquizar e inferiorizar socialmente os indivíduos, de tal modo que os não brancos negam sua própria realidade, uma vez que há uma lógica social em que se é mais valorizado e reconhecido socialmente quando o indivíduo se aproxima do ideal branco e mais desvalorizado à medida em que se aproxima do negro.

Nesse sentido, quando a lógica capitalista meritocrática é inserida nesta discussão, o negro é culpabilizado pela sua posição inferior na sociedade, uma vez que, se ele não está em uma posição de prestígio, é porque ele não aproveitou as oportunidades que a sociedade o ofereceu. Isso ocorre justamente pois se há um imaginário social, isto é, se é amplamente difundida a ideia de que existe uma democracia racial no território brasileiro devido à sua alta miscigenação, todos os cidadãos são iguais e, se todos são iguais, todos

têm as mesmas condições para conseguir seus objetivos. Portanto, toda atitude racista é capaz de ser descredibilizada, enquanto, toda a estrutura social dividida por castas e estamentos passa a ser comum, isto é, a população não-branca é lida como criminosa em potencial, já que há uma democracia racial em uma lógica meritocrática, se muitos negros pós-abolição da escravidão se encontram em posições sociais marginalizadas é porque eles não almejaram posições prestigiosas.

Entretanto, é necessário pontuar que o pós-abolição foi o momento em que a campanha do branqueamento no Brasil estava mais em alta, portanto, para ter um Brasil moderno, o trabalhador negro deveria ser descartado. Nesse sentido, o fato é que para a elite branca dominante, importar mão de obra estrangeira não era o objetivo visado e sim importar uma raça tida como superior em diversos segmentos, se não todos, do mercado de trabalho. De acordo com uma pesquisa realizada pela Sociedade Nacional de Agricultura (1920) sobre “estereótipos negativos sobre o negro como imigrante”, a população tinha diversos motivos para querer substituir trabalhadores negros escravizados por imigrantes europeus: na justificativa econômica, o negro era um mau trabalhador; por razões intelectuais e morais, o negro se tratava de um ser menos inteligente e, por muitas vezes, criminoso; por razões raciais, o negro era visto como alguém com inferioridade congênita e que tinha um ódio oculto ao branco.

Nesse sentido, a ideologia do branqueamento foi extremamente efetiva no sentido de promover um afastamento ideológico da população negra da sua cultura, já que, se um “mulato” não se enxerga como negro, ele não é capaz de enxergar os obstáculos impostos pelo racismo em seu cotidiano e, além disso, promove um imaginário social de um modo geral que lê o negro como inferior e essa pesquisa demonstra isso. A miscigenação, portanto, serviu como uma tentativa de embranquecer a população e afastar ao máximo o possível os “genes pretos” do cidadão brasileiro, almejando uma sociedade mais moderna e civilizada, levando em consideração os estereótipos raciais predominantes de um pensamento eurocêntrico e eugenista.

A produção intelectual brasileira, em sua maioria, também promove a ideologia do branqueamento. Após o fim da era mercantilista e do colonialismo, o senso comum deu lugar ao cientificismo, o qual de imparcialidade acadêmica não tinha absolutamente nada. Ao desvincular a igreja do Estado, mas continuar perpetuando uma lógica racial de tratamento em relações sociais, algo deveria explicar o racismo, ora, se tudo se explica e se prova, há uma razão para o negro ser tratado de forma diferente. Pois bem, a partir da

premissa do negro ser quase um “não humano”, começaram os estudos para provar essa tese sob uma falsa ótica imparcial, como aponta Clóvis Moura (1988)

Ao importar conceitos de intelectuais não brasileiros, os estudiosos não conseguem enxergar a realidade brasileira e, embebedos de senso comum e preconceito, conseguem chegar a conclusões extremamente enviesadas. Nina Rodrigues, por exemplo, embasava suas discussões em trechos de livros estrangeiros que tinham como objetivo provar a inferioridade do povo preto e a superioridade do povo branco, sem utilizar fatos comprovados, como é possível notar em Ramos (1954).

Em “Sociologia do negro brasileiro”, Clóvis Moura (1988), também ressalta que Nina não pretende resolver o problema do racismo e não planeja entrar na essência da questão para resolvê-lo cientificamente. De acordo com Clóvis, Nina projetava a culpa do atraso social brasileiro na população negra e, nele, foi possível notar um padrão observado até os dias de hoje: a subserviência do colonizado aos padrões supostamente científicos das metrópoles dominadoras. O debate racial vigora no cenário contemporâneo e ainda luta para desmistificar ideias racistas produzidas no início do século XX. De acordo com Silvio Almeida em “Racismo estrutural” (2019), o racismo é simplesmente naturalizado por meio de uma segregação não oficial entre negros e brancos e, até hoje, argumentos que procuram diminuir a intelectualidade negra são utilizados para defender a maioria branca desses espaços privilegiados.

Grandes nomes intelectuais também promoviam a ideologia do branqueamento. Celso Furtado, ao se afirmar, por exemplo, que o trabalhador estrangeiro era um elemento necessário para a modernização do país, pois se tratava de uma pessoa proveniente de uma raça evoluída. Clóvis Moura (1988) deixa claro seu pensamento sobre a produção intelectual da primeira metade do século XX:

Pelo pensamento de Celso Furtado, a culpa da segregação (marginalização) dos ex-escravos (e aqui está embutida a imagem dos negros e não-brancos) e componentes da massa de mão de obra nacional que foi transformada em excedente, foi decorrência do seu atraso mental, fato que conduziu ao entorpecimento da economia do país. Para ele não havia saída a não ser aquela que se apresentou porque correspondia à necessidade de colocar-se um trabalhador mentalmente superior em face da ociosidade do negro, do mestiço, finalmente de todos aqueles que se encontravam sem ser integrados economicamente nessa fase de transição. (MOURA, 1988, p.82)

É interessante notar que todas essas características deixadas pelo período escravocrata, bem como, seu fim abrupto e sem políticas de preservação contra a degradação social e econômica do indivíduo negro podiam ser vistas no espaço urbano. Enquanto as mulheres negras tinham seus papéis já pré-determinados pelo racismo e pelo sexismo, os homens negros também se encontravam à margem da sociedade, sem conseguir empregos devido à alta competitividade dos cargos em relação aos estrangeiros, como já mencionado anteriormente e, nas cidades, a desigualdade racial em suas mais variadas formas era nítida. Entretanto, a cidade, para aqueles que tinham acabado de ser libertos, era sinônimo de liberdade, mesmo que a realidade fosse outra. Nos centros urbanos, os negros começaram a sofrer diversas represálias de autoridades policiais em locais públicos (muitos homens negros ficavam nas ruas em bares, enquanto suas mulheres estavam trabalhando como domésticas na casa de famílias brancas), além de serem impedidos de professarem sua fé e realizarem seus cultos, pois os encontros para cultivar suas divindades, como todas as religiões, necessitavam de aglomeração, que era impedida pela força policial. De acordo com Florestan Fernandes:

Não possuindo autonomia social para se associar através dos valores culturais próprios, de cunho autenticamente “sagrado” e “tradicional” a “população negra” perdeu a possibilidade de zelar pela pureza de seus cultos e acabou assistindo à perversão da macumba pelo branco. Em consequência, deixou de se beneficiar das funções construtivas desses cultos, que requerem um mínimo de aglomeração e oferecem ao negro oportunidades de afirmação pessoal ou coletiva, por meio da vida social organizada. (FERNANDES, 1978, p. 86)

Portanto, o negro também passava por um processo de negação da própria identidade em uma sociedade que o colocava sempre em uma posição de subalternidade. O mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento são instrumentos de imobilismo social por meio da negação da existência de um problema racial existente dentro do Brasil. Desse modo, apesar do início deste trabalho remontar o final da escravidão e sobre como a situação dos negros era precária naquele momento, é importante notar que as mazelas ocasionadas pela negação do problema racial em si, contribuíram para a desigualdade vista no século XX e no século XXI. Entretanto, cabe ressaltar que a situação atual da população negra é resultado de um acúmulo de políticas públicas que nunca foram voltadas à readequação do negro na sociedade de modo eficaz. Sendo assim, para compreender como o negro pode ser prejudicado socialmente e economicamente na pandemia de COVID-19, é necessário entender que estudar sobre os quatrocentos anos

de escravidão é tão crucial quanto investigar a trajetória de políticas econômicas perante à população preta e parda, sobretudo nas últimas décadas, tendo consciência do impacto negativo que políticas neoliberais, por exemplo, podem fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que as situações aqui descritas acerca da vivência da população negra durante os momentos finais da escravidão brasileira demonstram o descaso do poder público com esses indivíduos. Compreender a estratégia de imobilismo social dos cidadãos pretos e pardos é entender que o racismo, de fato, opera de diferentes formas, como estabelecido por Almeida (2018). Portanto, é importante discutir acerca das opressões vividas por escravizados na época do Brasil colonial, entretanto, a importância maior está em entender como o acúmulo dessas opressões foram capazes de afetar os negros ao longo dos anos, até os dias de hoje e em como certos estereótipos ainda estão “vivos” até os dias atuais. De acordo com Almeida (2018):

Mesmo hoje, quando as teorias racistas estão desmoralizadas nos meios acadêmicos e nos círculos intelectuais que as gestaram, na cultura popular ainda é possível ouvir sobre a inaptidão dos negros para certas tarefas que exigem preparo intelectual, senso de estratégia e autoconfiança como professor, médico, advogado, goleiro, técnico de futebol ou administrador. (ALMEIDA, 2018, p.40).

Ao longo dos anos, o racismo foi se perpetuando na sociedade brasileira, nas suas três formas, isto é, individual, institucional e estrutural (ALMEIDA, 2018). Sendo assim, o mercado de trabalho, já degradado para a população negra no final do século XIX se mostrou uma situação comum e é extremamente importante entender como políticas públicas mais atuais e diferentes ideologias de governo podem influenciar em indicadores como taxa de desemprego, informalidade e nível de renda de pretos e pardos. Para isso, abordar a consolidação do neoliberalismo crescente das últimas décadas no Brasil é necessário para compreender como os processos e marcos históricos ao longo do tempo foram capazes de interferir na condição social e econômica do negro na pandemia de COVID-19.

2. O NEOLIBERALISMO BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO NEGRO

INTRODUÇÃO

É importante pensar na situação do negro historicamente, entretanto, não apenas em qual foi a posição imposta na formação do Brasil (como nos anos de escravidão) para cidadãos pretos e pardos. Deve-se tratar a questão racial de desigualdade econômica e social atual, observando, também, o curso mais recente da história política e econômica, lembrando do crescimento de políticas neoliberais, capazes de promover o sucateamento e privatização de empresas estatais, bem como, a diminuição de transferências monetárias da seguridade social, capazes de beneficiar direta e indiretamente mais de 140 milhões de brasileiros (DWECK, 2020, p.57). Entretanto, é necessário ressaltar que os dados acerca das desigualdades econômico-raciais são extremamente escassos, sobretudo, pré-2010. Portanto, aqui, os governos de FHC (1992 – 2002) e Lula (2003 – 2010) serão abordados com dados sobre o mercado de trabalho de um modo geral, contudo, considerando a posição vulnerável do negro no âmbito econômico e social. Entretanto, é importante deixar claro que devido à falta de dados mais precisos acerca da população negra no final do século XX e na primeira década do século XXI, este capítulo contará com a análise de indicadores específicos do mercado de trabalho negro a partir de 2012.

As políticas neoliberais escancaradas, principalmente, após o primeiro governo do FHC, representam um bom ponto de partida para a discussão de como políticas monetárias, fiscais e cambiais podem afetar a vida de cidadãos negros. Aumento do desemprego, aumento da informalidade e diminuição da renda média mensal da população como um todo, são indicadores extremamente importantes para analisar a situação da população mais vulnerável em tempos de crise econômica, isto é, a população negra.

Deste modo, este capítulo é importante para iniciar uma discussão que será retomada em 2020 no Brasil, com a COVID-19. Entretanto, é importante ressaltar que a crescente piora dos indicadores do mercado de trabalho, advindas sobretudo das contradições do modelo neoliberal (ARAÚJO e GENTIL, 2021), representam um perigo para a população preta e parda.

2.1 BALANÇO DO MERCADO DE TRABALHO NOS GOVERNOS DE FHC (1994 – 2002)

Para iniciar esta discussão, é importante dissertar sobre o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual, foi capaz de realizar profundas modificações estruturais na economia brasileira. Tomando como base o Consenso de Washington, de 1989, que preconizava uma série de reformas destinadas a estimular o crescimento dos países do Terceiro Mundo (as quais incluíam medidas de austeridade fiscal, elevação das taxas de juros, privatizações e aumento da carga tributária) e contendo como principal objetivo a manutenção da estabilidade de preços, apoiou-se no tripé neoliberal de abertura financeira, comercial e privatizações para continuar a adesão ao projeto neoliberal, que já havia sido iniciado nos governos de Collor e Itamar Franco. Desse modo, após a elaboração do Plano Real no governo Itamar Franco (no qual Fernando Henrique Cardoso foi nomeado como ministro da Fazenda em 19 de maio de 1993), o primeiro mandato de FHC, visava dar continuidade a este projeto, haja vista o sucesso de estabilização da inflação, que era o objetivo central do plano econômico.

Contudo, apesar da estabilidade inflacionária e do estabelecimento ilusório de uma moeda forte, a abertura econômica por meio de processos de privatização, somada à busca pela estabilidade, além dos significativos investimentos estrangeiros, sobretudo, via incentivos fiscais, resultaram em maior desemprego e retração salarial. A viabilização da entrada de capitais estrangeiros e a apreciação da taxa de câmbio real, possíveis, principalmente, por meio do aumento da taxa de juros básica Selic, combinados à abertura comercial, provocou uma substituição de produção doméstica por importada, fazendo surgir um componente ao desemprego estrutural, que já sofria devido à então recente leva de empresas privatizadas (como a Vale do Rio Doce, Light e Telebrás). A consequência disso foi, além do forte desemprego, um aumento significativo de empregados domésticos e um mercado de trabalho ajustado e caracterizado pela informalidade.

O desemprego é capaz de afetar o cidadão independente da etnia, entretanto, é preciso considerar que a população negra participa do mercado de trabalho de um modo muito mais intenso que a população não-negra. Olhando para o viés etário, os negros de um modo geral entram mais cedo no mercado de trabalho por conta, sobretudo, de questões financeiras, isto é, precisam tanto se sustentar, quanto prover recursos para sua família desde cedo, contudo, uma entrada tão jovem e abrupta ao mercado de trabalho, prejudica sua formação educacional, já que muitos largam o estudo para continuar a

trabalhar. Além disso, a inserção muito mais intensa, porém limitada, da mulher negra no mercado de trabalho também deve ser considerada. Tendo em vista que, sua participação era extremamente limitada ao que a sociedade impunha: serviços domésticos e de cuidado.

Desse modo, o cidadão negro é o que está mais vulnerável em uma situação de instabilidade econômica, tendo em vista, sobretudo, sua ocupação em “empregos mais frágeis”. Isto é, podemos identificar como os empregos mais frágeis aqueles ocupados por indivíduos sem registro formal, desprovidos de garantias sociais; os profissionais autônomos que atendem diretamente ao público, ou seja, aqueles que trabalham por conta própria sem vínculos empregatícios, lidando diretamente com os consumidores. Nesse sentido, deve-se levar em consideração que o mercado de trabalho no Brasil apresentava índices elevados de instabilidade, que se agravou durante o primeiro governo de FHC.

Ou seja, a taxa de desemprego estava em ascensão, os membros familiares que contribuem, sem remuneração e os trabalhadores domésticos, os quais frequentemente enfrentam relações laborais marcadas pela falta de formalização contratual, enfrentavam longas jornadas de trabalho e recorrentes violações de direitos legais, sofrendo muito mais com a instabilidade do mercado laboral. Portanto¹, é preciso analisar quantidade de cidadãos negros ocupados nestes postos de trabalho mais vulneráveis.

A injusta distribuição da riqueza no Brasil retrata, portanto, a presença de comportamentos discriminatórios em uma sociedade estruturalmente racista. Desse modo, o acesso a uma cidadania plena, isto é, a igualdade de condições a uma vida justa em que um indivíduo tenha livre arbítrio para decidir sua forma de sustento e exercer suas capacidades precisam passar pela construção da igualdade racial. Até aqui, foi exposto como o crescimento do desemprego no primeiro governo do Fernando Henrique Cardoso foi capaz de aumentar a desigualdade racial no Brasil. Agora, a discussão se dá após 1998, isto é, o mandato do segundo governo de FHC e os dois mandatos de Lula até 2010 e em como a política neoliberal se perpetuou ao longo dos anos, porém, com significativas mudanças em relação às políticas sociais (isto é, após 2003).

No segundo governo de Cardoso, o objetivo da agenda de estabilização não se alterou, portanto, ainda permanecia a ideia de manter a abertura comercial, bem como as privatizações e a desregulamentação do sistema financeiro doméstico. Entretanto, a

¹ É importante ressaltar também aqueles que trabalham em situações análogas à escravidão. A professora Marcela Soares trabalha este tema em seus trabalhos, um exemplo deles é o “Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira” (2022)

valorização real da taxa de câmbio somada a esses fatores foi capaz de deteriorar as transações correntes do balanço de pagamentos, provocando uma deterioração ainda maior na indústria brasileira. De acordo com Araújo e Gentil (2021):

O modelo neoliberal, aprofundado nos anos 1990, estava em xeque, mas as suas contradições apareciam mais evidentes no regime de política macroeconômica. A mudança no regime cambial parecia inevitável e ocorreria desde os primeiros meses do segundo mandato de Cardoso. (ARAÚJO e GENTIL, 2021, p.448)

O Plano Real havia conduzido a economia a uma vulnerabilidade externa muito significativa e o aprofundamento da abertura comercial gerou déficits comerciais que cresciam desde seu primeiro mandato (1995), pois foi combinado a uma política de valorização cambial. Sendo assim, o Brasil se encontrava cada vez mais dependente do sistema financeiro internacional tendo em vista os sucessivos saldos negativos das transações correntes desde meados dos anos 1990. A reestruturação produtiva “forçada”, isto é, ocorrida após a manutenção de uma economia brasileira aberta que estava completamente integrada aos mercados financeiros internacionais, fazia com que o Brasil perdesse a densidade da cadeia industrial, além de um aumento cada vez maior no coeficiente de importação.

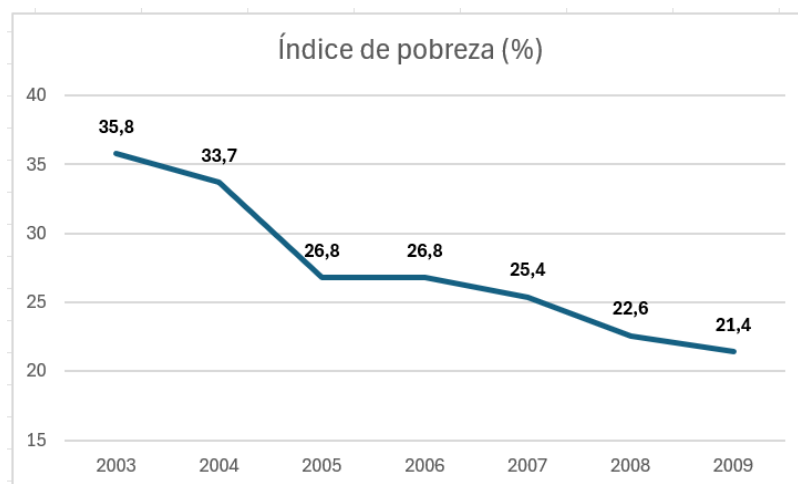
Com uma economia tão dependente do mercado internacional, a estabilidade de economias de outros países era muito importante para a economia brasileira. Desse modo, o cenário internacional foi muito desfavorável em diversos aspectos, tendo em vista os atentados terroristas nos EUA (considerando que os EUA representavam um importante parceiro comercial do Brasil) e a crise da Argentina, que representava o principal país recebedor de exportações brasileiras, o Brasil não tinha uma capacidade de reação. Portanto, todos esses fatores que forçaram uma reestruturação produtiva no Brasil colocaram o desemprego em patamares extremamente elevados. Com tantas contradições apontando o nítido esgotamento das políticas neoliberais, a eleição de Lula em 2002 foi relativamente fácil para o candidato do Partido dos Trabalhadores, entretanto, a agenda neoliberal continuou em pauta ao longo dos anos.

2.2 TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO PARA OS NEGROS AO LONGO DOS ANOS 2000

De um modo geral, ambos os governos de Lula demonstram uma grande contradição em relação às suas ações. Enquanto Lula decidiu preservar o tripé macroeconômico da década anterior, isto é, metas de inflação, metas de superávit primário e câmbio flutuante, seu governo também é caracterizado por significativos avanços em pautas sociais, ou seja, há uma melhora significativa nos indicadores de distribuição de renda e redução da pobreza, além de menores taxas de desemprego e maior formalização do trabalho. De acordo com Araújo (2022):

Quaisquer que fossem os motivos que levaram o governo Lula à opção de continuidade, fato é que pelos caminhos estreitos que restaram da rigidez do modelo econômico adotado, o governo conseguiu espaços para articular três elementos que dinamizaram o mercado interno durante seus dois governos: as políticas de transferência de renda; os reajustes do salário-mínimo acima da inflação e as taxas superiores às que vinham sendo praticadas desde o plano real. (ARAÚJO, 2022, p.472).

Agora, é importante analisar os dados de ambos os governos Lula para entender se de fato ocorreu uma mudança nessas variáveis, tanto rendimentos, quanto grau de formalidade e índice de pobreza. O gráfico abaixo demonstra a diminuição ao longo dos anos do índice de pobreza, entretanto, por enquanto, este gráfico aborda a totalidade do índice, isto é, sem especificidade de gênero ou de raça, que ainda serão analisados.

GRÁFICO 1 – ÍNDICE DE POBREZA (%). BRASIL: 2003 a 2009

Fonte: IPEADATA

Elaboração própria.

Em 2003, o índice de pobreza estava em 35,8%, já em 2009, 21,4%, como é possível ver no gráfico acima. Desse modo, apesar do governo ainda se ancorar no tripé macroeconômico, o Brasil conseguiu progredir em muitos indicadores sociais. Entretanto, é muito importante ressaltar que o cenário externo brasileiro era extremamente favorável com um período muito longo de preços de *commodities* elevados e o início de um processo de redução da taxa de juros dos Estados Unidos, permitindo um ciclo completamente novo de liquidez internacional. De acordo com Araújo (2022):

Se, por um lado, mostrou-se capaz de garantir a retomada do crescimento econômico, do emprego e da renda dos trabalhadores, por outro, parecia não apontar a superação de velhos problemas estruturais, especialmente o da desarticulação da estrutura produtiva industrial, que perdera densidade desde a abertura comercial da década anterior. Nesse contexto, a economia brasileira somente escapou de crises externas em razão de um cenário internacional de inédita bonança, o qual influenciou, direta e indiretamente, a economia brasileira. (ARAÚJO, 2022, p.488).

Ou seja, o cenário internacional favorável foi muito necessário para o progresso dos indicadores sociais. Desse modo, na medida em que os anos se passaram e a política macroeconômica continuou perpetuando a mesma lógica neoliberal, isto é, sendo ancorada no tripé macroeconômico, “a crise americana e o fim do boom dos preços

internacionais das commodities, provocada pela desaceleração da China, terminaria por exercer impactos contracionistas no regime de crescimento brasileiro” (BRUNO [et al.](#), 2022, p. 519).

O sistema econômico brasileiro estava chegando, portanto, a um colapso, aos poucos, contudo, os indicadores sociais ainda resistiam. Os aumentos reais do salário mínimo entre 2003 e 2014, que ao todo tiveram um aumento de 66,9% de acordo com Bruno (2022), além da política de transferência de renda ancorada, principalmente, pelo programa Bolsa Família de 2004, que, inclusive, ganhou visibilidade tanto nacional quanto internacional com tamanho efeito na redução da pobreza, surtiram efeito para segurar os indicadores do mercado de trabalho até 2014.

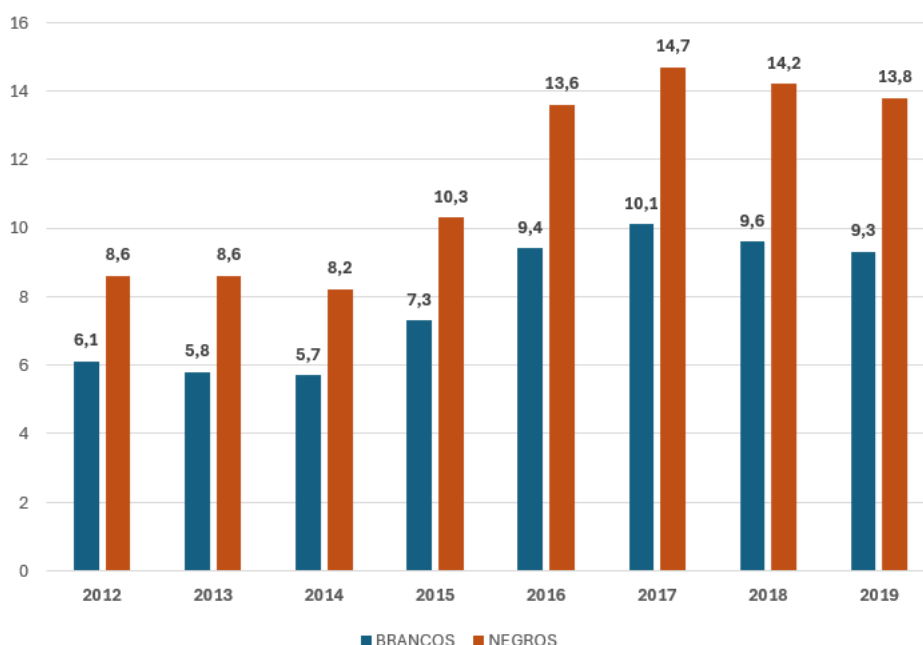
De acordo com Rossi e Dweck (2019), o governo passou a adotar políticas de austeridade com o objetivo de controlar as contas públicas e os preços administrados, afinal, o primeiro trimestre de 2015 revelou uma queda consecutiva de PIB, confirmando uma certa fragilidade na economia brasileira. A posse do novo ministro Joaquim Levy demonstrou como o segundo mandato do governo Dilma planejava lidar com a desaceleração econômica cada vez mais latente. Segundo Rossi e Dweck (2019):

O governo promoveu o maior contingenciamento na autorização orçamentária, desde o início da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que levou a uma revisão de cronogramas de obras de infraestrutura e programas governamentais e também suspendeu a contratação de novos cargos públicos. O valor total da consolidação fiscal em 2015 foi de R\$ 134 bilhões, 2,3% do PIB. Além dos cortes de gastos, houve alguma tentativa de aumentar a receita: algumas isenções tributárias foram revisadas, como o imposto sobre a folha de pagamento, o imposto sobre veículos, móveis e cosméticos (ROSSI e DWECK, 2019, p. 44 - 45)

De fato, a situação piorava cada vez mais, na medida em que os meses se passavam, o índice de desemprego aumentava, de tal modo que, no final de 2015, aproximadamente 1,4 milhão de postos de trabalho foram perdidos (IPEA, 2015). É importante ressaltar que o quadro de demissões aumentou (o que é nítido dada esta situação), entretanto, cabe abordar que houve também diminuição das contratações, aumentando, portanto, o nível de desemprego e contraindo os rendimentos da população. É necessário analisar essas variáveis para entender como a desaceleração econômica foi capaz de afetar a população negra, sendo assim, dois indicadores se fazem importante

nessa análise: a taxa de desocupação (desemprego) e a taxa de formalização, bem como, a taxa de rendimento.

GRÁFICO 2 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE POR COR OU RAÇA. BRASIL: 2012/2019



Fonte: IBGE. PNADC.

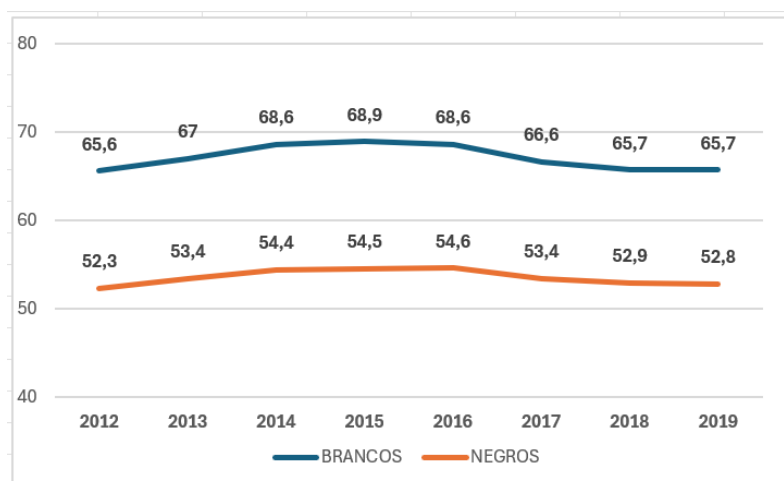
Elaboração própria.

No gráfico acima é possível observar a trajetória da taxa de desemprego entre os anos 2012 e 2019 dos indivíduos brancos e negros. A primeira análise a ser feita é que a partir de 2015, o desemprego de ambos os grupos étnicos aumentou. Enquanto a população branca teve um aumento de 28% do desemprego, (de 5,7% para 7,3%), os negros tiveram um aumento de 25% (de 8,2% para 10,3%). Nesse sentido, as taxas de fato representam um aumento, tal qual dito anteriormente, em 2015, entretanto, apesar de ambas as taxas aumentarem de modo parecido quantitativamente, inclusive, a taxa de desemprego dos indivíduos brancos aumentar até um pouco mais, ao longo dos anos, o que se observa é uma precarização do mercado de trabalho negro. Em 2016, por exemplo, o nível de desemprego para a população negra aumentou em, aproximadamente, 32%, enquanto que, para a população branca, permaneceu em 28% e essa média foi relativamente igual nos anos subsequentes.

Além de analisar a taxa de desemprego, é importante observar também- a taxa de formalização, tendo em vista que tal variante pode indicar quais são os cidadãos mais

vulneráveis em uma situação de recessão econômica. Se a economia desacelera e o mercado de trabalho reflete isso, aqueles que não têm garantias sofrem mais, isto é, os cidadãos que trabalham sem carteira assinada. O gráfico abaixo demonstra a trajetória da taxa de formalização do trabalho.

GRÁFICO 3 - TAXA DE FORMALIZAÇÃO (%) DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE POR COR OU RAÇA. BRASIL: 2012/2019

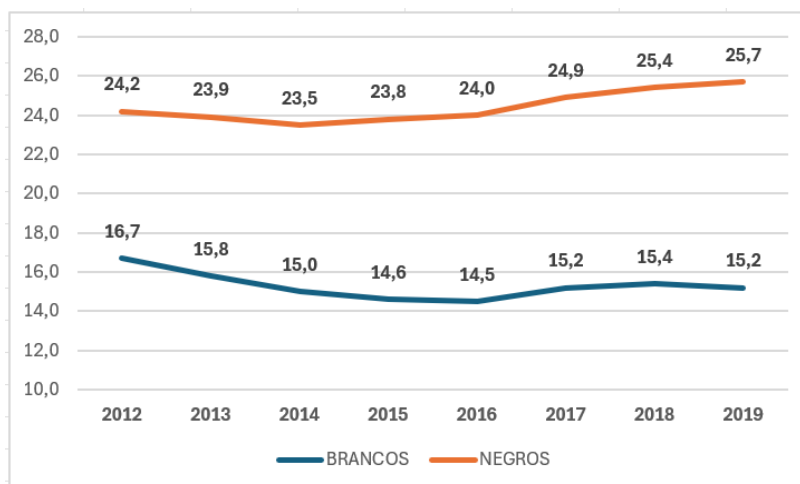


Fonte: IBGE. PNADC.

Elaboração própria.

De modo parecido com a taxa de desemprego, os dados refletem a desigualdade racial no Brasil. Enquanto ambas as taxas aumentam e diminuem em proporções parecidas, a taxa de formalização da população negra sempre é consideravelmente menor que a população branca. É possível notar um crescimento da formalização em 2012 e 2013, seguido por uma estabilização em ambos os grupos étnicos e em 2018 e 2019 há uma queda subsequente nessa taxa. De acordo com o DIEESE (2016), o mercado de trabalho passa por uma desestruturação pós 2015 que escancara a precarização do trabalho, impedindo com que a formalização cresça e até diminua nos seguintes anos. Entretanto, os dados demonstram que a população negra é a mais afetada nessas situações. O gráfico abaixo demonstra que, não só a taxa de formalização do trabalho para negros permaneceu baixa, como a taxa de informalidade cresceu para esses cidadãos.

GRÁFICO 4 - TAXA DE INFORMALIDADE (%) DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE POR COR OU RAÇA. BRASIL: 2012/2019

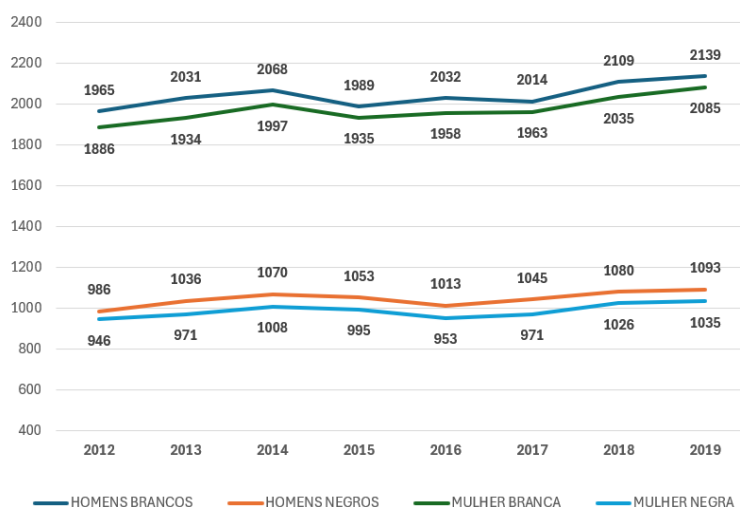


Fonte: IBGE. PNAD

Elaboração própria.

O gráfico acima ilustra a situação econômica vulnerável da população negra ao longo da última década. Enquanto o nível de informalidade diminuiu para os indivíduos brancos (de 16,7% em 2012 para 15,2% em 2019), para os negros, a situação é oposta (aumentou de 24,2% em 2012 e chegou em 25,7% em 2019), ou seja, em 2012, a taxa de informalidade era, aproximadamente 45% maior na população negra do que na branca e, em 2019, essa diferença cresceu para 69%. Além disso, é importante pontuar que, uma taxa de desemprego alta, somada a uma taxa de informalidade também alta, faz com que o rendimento mensal seja impedido de aumentar. Os gráficos abaixo demonstram esta situação.

GRÁFICO 5 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DOMICILIAR PER CAPITA (R\$) POR COR OU RAÇA. BRASIL: 2012/2019

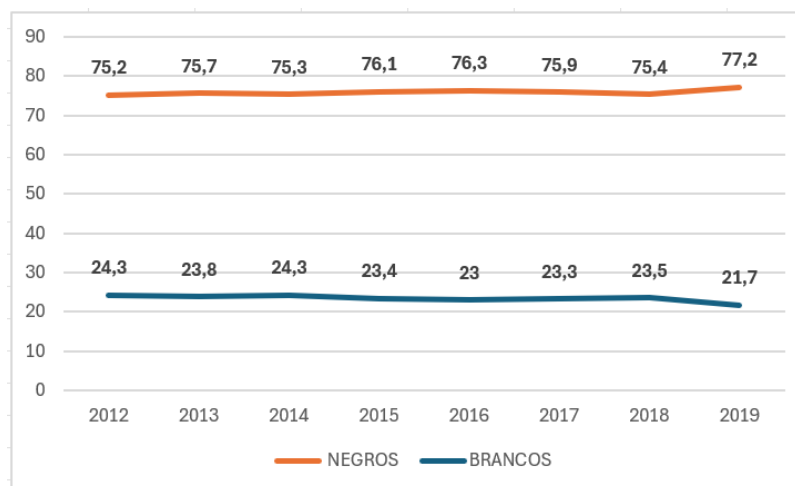


Fonte: IBGE.PNAD.

Elaboração própria.

No gráfico acima, é possível notar que o rendimento médio mensal dos negros é muito menor se comparado a dos brancos. Quando a questão racial também é tratada com a interseccionalidade, as desigualdades são ainda mais escancaradas. Em 2019, por exemplo, as mulheres negras tinham um rendimento médio de R\$1.035,00, enquanto os homens brancos de R\$2.139,00, ou seja, o homem branco ganhava, em média, 107% a mais que uma mulher negra. O gráfico abaixo demonstra que grande parte dos indivíduos que se encontram na camada populacional dos 10% com menores rendimentos são negros.

GRÁFICO 6 - QUANTIDADE DA POPULAÇÃO (%) (DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE) POR COR OU RAÇA ENTRE OS 10% COM MENORES RENDIMENTOS. BRASIL: 2012/2019



Fonte: IBGE. PNADC.

Elaboração própria.

No gráfico acima, é possível observar que a diferença na quantidade de pessoas brancas e negras com menores rendimentos é discrepante e aumentou durante os últimos anos. Em 2012, dos 10% com menores rendimentos, 75,2% eram pessoas negras, enquanto 24,3% eram brancos e, na medida em que os anos foram passando, a diferença foi ficando ainda maior. Como já mencionado anteriormente, uma política fiscal contracionista afeta as parcelas mais pobres da sociedade e, como visto acima, essa camada é majoritariamente ocupada por pessoas negras. Segundo Rossi e Dweck (2019):

Essa perspectiva traz luz para a realidade brasileira, na qual as políticas de austeridade acontecem em um período de extrema instabilidade política e de aumento das tensões de classes. Nesse contexto, a austeridade justapõe as vítimas dos cortes – principalmente a parcela mais pobre da população – com os perpetradores dessas políticas – o sistema financeiro, as elites econômicas e um governo subserviente. No Brasil, a austeridade entrega a ambição de décadas e segmentos políticos mais conservadores: revogar o contrato social da constituição federal de 1988 e aprofundar as reformas neoliberais. (ROSSI e DWECK, 2019, p. 29).

É preciso pontuar que tanto o gráfico 4, quanto o gráfico 5 apresentam piora nos indicadores de desigualdade entre o ano de 2015 e 2016. No gráfico 4, as mulheres e homens brancos aumentaram sua renda, enquanto que os homens e as mulheres negras diminuíram. A diferença entre a renda de uma mulher negra para a de um homem branco em 2015 era de, aproximadamente, 100%, enquanto que, em 2016, essa diferença aumentou para 113%. Bruno (2022) pontua que:

“Ressaltemos as medidas criadas pelo governo Dilma que atingiram diretamente a relação salarial e em prejuízo dos trabalhadores: (i) alterações na legislação do seguro-desemprego restringindo o acesso a esses benefícios; (ii) mudança no regime de previdência dos servidores públicos para convergir os valores dos benefícios pagos com os do regime geral do INSS. Após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, as medidas que concorrem para a degradação da relação salarial brasileira se intensificam com a aprovação, “a toque de caixa”, das reformas trabalhistas e da terceirização irrestrita. Ambas aumentam a flexibilidade quantitativa e salarial e promovem a precarização das relações de emprego”. (BRUNO, 2022, p. 526).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão racial brasileira deve pautar elementos históricos, como os abordados tanto no primeiro capítulo, quanto neste segundo, para elucidar as disparidades socioeconômicas entre negros e brancos, persistente ao longo de todos estes anos – isto é – desde a era do Brasil colonial. É importante compreender que o racismo é, de fato, um problema institucional e estrutural e que tal situação resulta em diversas opressões para o cidadão negro. Vale ressaltar que os indicadores aqui analisados do mercado de trabalho e do rendimento dos negros na segunda década dos anos 2000 refletem a estratégia discriminatória de imobilismo social. De acordo com Clóvis Moura (1988):

Esta divisão do trabalho, reflexa de uma estrutura social rigidamente estratificada ainda persiste em nossos dias de forma significativa. Assim como a sociedade brasileira não se democratizou nas suas relações sociais fundamentais, também não se democratizou nas suas relações raciais. Por esta razão, aquela herança negativa que vem da forma como a sociedade escravista teve início e se desenvolveu, ainda tem presença no bojo da estrutura altamente competitiva do capitalismo dependente que se formou em seguida. Por esta razão, a mobilidade social para o negro descendente do antigo escravo é muito pequena no espaço social. (MOURA, 1988, p. 72)

Neste sentido, assim como pauta Moura (1988), a diferença dos empregos e, consequentemente, no rendimento entre cidadãos negros e brancos é discrepante justamente devido aos 350 anos de escravidão que deixou mazelas estruturais profundas na sociedade brasileira, perpetuando uma sequência de desigualdades, que, como resultado, se traduziram em empregos com condições análogas à escravidão. A chegada dos europeus, como foi abordado no primeiro capítulo, corroborou para a estratégia de imobilismo social na era colonial, entretanto, assim como aborda Moura (1988), a estrutura escravista já favorecia o homem livre em detrimento do escravo, deste modo, o negro foi sendo cada vez mais excluído de profissões como artesãos e artífices, sendo sempre colocado em postos de trabalho não-qualificados, braçal e mal remunerado, enquanto que a minoria branca ocupava profissões caracterizadas como intelectuais e nobres.

É notório, portanto, que em situações de crise econômica, os negros são os mais vulneráveis, devido não somente à sua posição no mercado de trabalho atual, mas também devido ao lugar que a sociedade o impõe: subalternidade. No próximo capítulo, será feita uma análise do nível de renda do negro na pandemia de COVID-19, entretanto, essa discussão não é – e nem deve ser – meramente econômica. Abordar o indivíduo negro e como a economia afetou o seu dia a dia, é compreender que, apesar do mercado de trabalho e das transferências de renda terem sido prejudicadas por políticas de austeridade nos últimos anos, sobretudo após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, o negro é ignorado por políticas públicas desde a era colonial e essa realidade é escancarada principalmente em um contexto em que o mundo está colapsando economicamente e sanitariamente, como ocorreu na pandemia. Afinal, enquanto o mundo todo está preocupado em como sobreviver em um contexto pandêmico, o negro também enfrenta batalhas diárias para sobreviver em um país estruturalmente racista.

2. O MERCADO DE TRABALHO NEGRO NA PANDEMIA DE COVID-19

INTRODUÇÃO

Ao levar em consideração o fenômeno do racismo e como ele se dá individual, institucional e estruturalmente na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2018), é difícil pensar o cenário sanitário e político nacional sem levantar a questão racial. Portanto, debater acerca da situação da população negra do país em um estado de pandemia é necessário para entender o racismo como um ponto problemático na relação entre políticas públicas e população. É por meio da premissa de que o fator racial é sempre um condicionante em discussões não apenas sociais, mas também, políticas e econômicas, que é possível se questionar os reais impactos da pandemia de COVID-19 nos negros brasileiros, mais especificamente, no nível de renda dessa população.

Além das diferenças de renda já pré-existentes, as questões sanitárias também não são favoráveis para a população negra. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (2019), os pretos e pardos apresentam piores autoavaliações de saúde ao serem comparados com pessoas brancas, apontando maior prevalência de casos de hipertensão e de diabetes em cidadãos negros, além de maiores números de anemia falciforme também. Considerando que a Organização Mundial da Saúde (OMS) colocou pessoas diabéticas e com hipertensão como grupo de risco, os negros acabam sofrendo um risco adicional frente a pandemia de COVID-19. Somado a esse fator, a distribuição geográfica de negros e negras, marcada por uma intensa segregação racial pode significar um agravamento na situação sanitária de pretos e pardos, ao considerar as condições precárias de saúde em locais de maioria negra (como favelas e periferias), já que, analisando historicamente, esses lugares contemplam moradias irregulares e um baixo nível de saneamento básico. Inclusive, a invisibilidade da população negra é nítida quando se constata que na comunidade do complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 2020, havia 1.187 casos suspeitos de COVID-19, entretanto, apenas 15 foram diagnosticados, demonstrando um imenso descaso com essa localidade (Painel de Monitoramento Zilda Arns, 2020)

A pandemia de COVID-19 impactou a vida de milhões de trabalhadores, entretanto, os impactos dessa crise sanitária e econômica foram mais intensos na população negra, seja pela dificuldade na procura de encontrar uma colocação no mercado, ou pela necessidade de voltar o mais rápido ao trabalho, pois não havia mais renda mensal para se manter em casa na quarentena (DIEESE, 2021).

De acordo com a PNADC (2020), 8,9 milhões de pessoas saíram da força de trabalho no primeiro e no segundo trimestre de 2020, sendo que 76% desse total era representado por cidadãos negros. Desse modo, a recuperação do negro na sua reinserção ao mercado de trabalho, representa um desafio maior do que para a população branca. De acordo com DIEESE (2021), a força de trabalho não negra no segundo trimestre de 2021 equivalia a 92% do total registrado antes da pandemia, isto é, no primeiro trimestre de 2020, já entre os negros, o percentual foi de, aproximadamente, 59%.

3.1 O DESEMPREGO E SUA RELAÇÃO COM A TAXA DE INFORMALIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NA PANDEMIA DE COVID-19

Aproximadamente, 13% dos ocupados no primeiro trimestre de 2020 já não estavam mais empregados no segundo trimestre do mesmo ano (DIEESE, 2021). Essa mudança brusca no nível de emprego começava a antecipar a situação de instabilidade econômica precária em que o Brasil iria se encontrar. É importante ressaltar que os mais afetados por essa situação, foram aqueles que tinham um rendimento mais baixo, isto é, aqueles que recebiam até um salário-mínimo. A tabela 1 abaixo explicita essa situação:

TABELA 1: PROPORÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS NOS TRÊS PRIMEIROS MESES DE 2020 QUE ESTAVA SEM TRABALHAR NO 2º TRIMESTRE

Faixa de rendimento do trabalho no 1º trimestre	%	Estimativa em milhões de pessoas (1)
Até 1 SM	23%	6,7
Mais de 1 a 3 SM	9%	4,3
Mais de 3 a 5 SM	4%	0,3
Mais de 5 SM	3%	0,2
Total	13%	11,5

Fonte: IBGE/PNADC

Elaboração: DIEESE

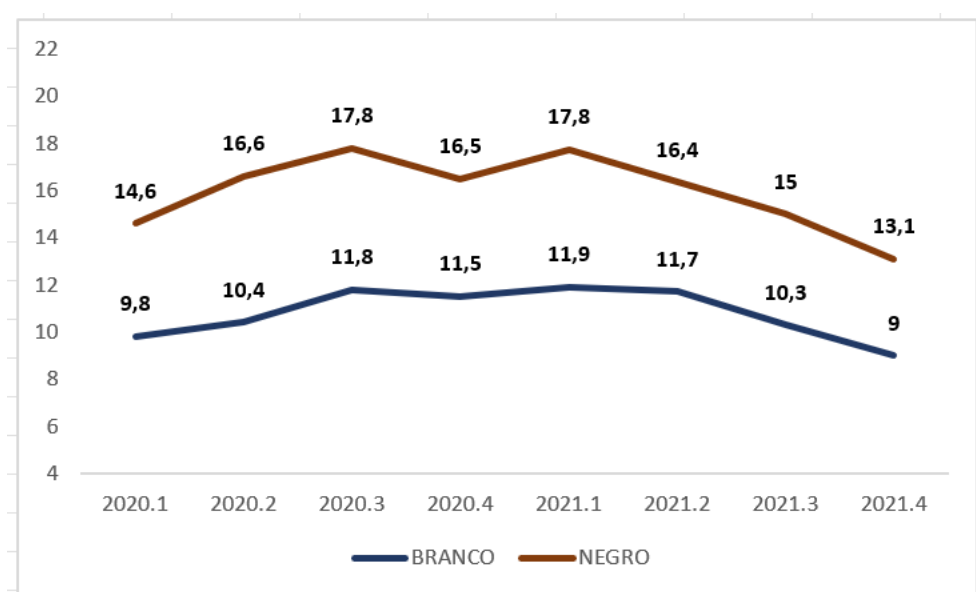
Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta16.html> Acesso em: 15/03/2024

A maior parte destes trabalhadores eram negros. Enquanto 4,4 milhões de trabalhadores não negros perderam seus postos de trabalho, aproximadamente, 7,6 milhões de negros sofreram com esta situação, ou seja, o número de empregados pretos e pardos que perderam suas ocupações era 73% maior que o número de empregados não – negros. Essa situação demonstra que os negros são, de fato, mais vulneráveis em situações

de recessão econômica, tendo em vista que a pandemia é capaz de afetar justamente os trabalhadores com “ocupações frágeis”, isto é, aqueles que não têm carteira de trabalho assinada e que estão nas menores faixas de rendimento, ou seja, a população negra. Deste modo, no gráfico abaixo, é possível notar como o cenário pandêmico foi capaz de afetar o nível de empregos da população, sobretudo da população negra.

GRÁFICO 7 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) ENTRE PESSOAS DE 16 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR OU RAÇA. BRASIL: 1º TRI 2020 ao 4º TRI 2021



Fonte: IBGE.PNADC.

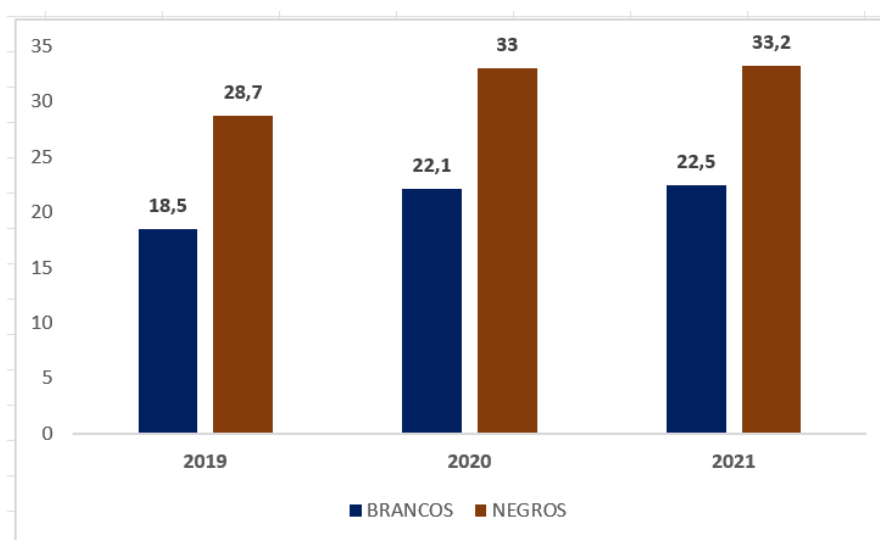
Elaboração própria.

No gráfico acima, é possível notar a trajetória da taxa de desocupação durante os anos de 2019 e 2021. É importante observar esses anos, pois eles representam o ano anterior da pandemia (2019), o ano em que de fato se iniciou a pandemia (2020) e o ano em que a pandemia já se tratava de um cenário já estabelecido em território brasileiro (2021). Nota-se uma alta considerável da desocupação nos primeiros meses da pandemia e, de fato, como já mencionado anteriormente, 8,9 milhões de pessoas perderam seus empregos nos dois primeiros trimestres de 2020. Outro ponto importante é que, apesar da taxa ter se movimentado de um modo consideravelmente parecido entre as duas populações, a manutenção das desigualdades é notória. Silva e Silva (2020) apontam que, além da taxa de desemprego, os cidadãos negros foram os mais impactados pela necessidade de se ausentarem do trabalho por motivos de saúde e tiveram uma menor

adesão ao teletrabalho como uma estratégia para preservar seus empregos. Além disso, essa comunidade está sub-representada nas estatísticas oficiais de desemprego, devido ao desalento para procurar trabalho em meio à pandemia.

Outra medida importante para entender o mercado de trabalho é a subutilização da força de trabalho, o qual utiliza dados referentes à desocupação, subocupação e força de trabalho potencial. O gráfico abaixo retrata esta trajetória que reflete a desigualdade racial, tal qual o gráfico 9

GRÁFICO 8 - TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO (%) ENTRE PESSOAS DE 16 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR OU RAÇA. BRASIL: 1º TRI. 2020 AO 4º TRI. 2021



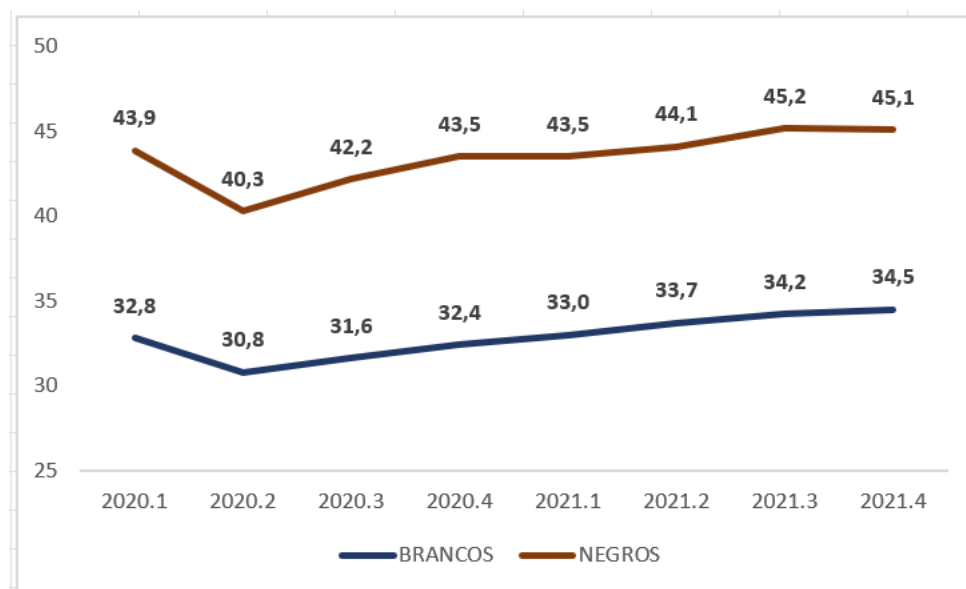
Fonte: IGBE;PNADC.

Elaboração própria.

Apesar do gráfico 7 demonstrar uma diminuição da taxa de desocupação, sobretudo, ao longo de 2021, é importante salientar que essa tendência está diretamente relacionada ao aumento da informalidade. Desse modo, a informalidade contribui ainda mais para a deterioração econômica da população negra, isto é, trabalhadores e trabalhadoras são expostos a uma maior volatilidade de renda, além de vínculos empregatícios completamente precários e a uma maior dificuldade na acessibilidade à seguridade social (SILVA; SILVA, 2020). A pandemia, portanto, não fez com que as ocupações parassem de ser geradas (com exceção dos primeiros trimestres de 2020), entretanto, tais ocupações representaram, em sua grande maioria, a criação de postos de

trabalho informais ou por conta própria. O gráfico abaixo demonstra a situação no decorrer dos anos pandêmicos.

GRÁFICO 9 - TAXA DE INFORMALIDADE (%) ENTRE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR OU RAÇA. 1º TRI. 2020 ao 4º TRI. 2021

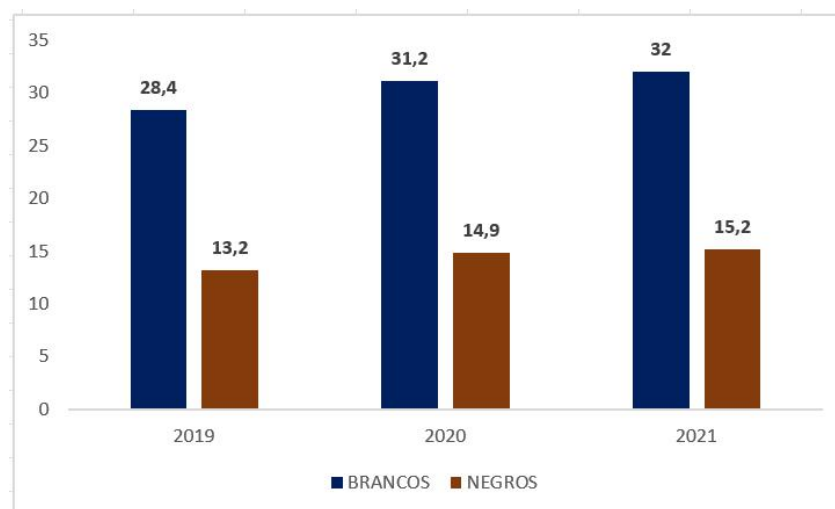


Fonte: IBGE; PNADC

Elaboração própria.

É possível notar que, apesar do desemprego ter diminuído, sobretudo no ano de 2021, o aumento da informalidade foi expressivo. No início do período pandêmico, é possível observar uma diminuição da taxa de informalidade em ambas as populações, entretanto, em meados de 2020, esse cenário muda e a informalidade segue aumentando até o final de 2021. O trabalho informal abrange, em sua grande maioria, a população negra, tendo em vista que os negros são aqueles que apresentam menores índices educacionais, já que a desigualdade social e racial é capaz de prejudicar o negro de tal forma, que a maioria dos trabalhadores com ensino superior completo é retratada por cidadãos brancos, enquanto que a maioria daqueles que trabalham e não tem fundamental completo, é representada por negros. Os gráficos abaixo demonstram essa realidade. Isso ocorre devido ao baixo incentivo e investimento na educação de pessoas negras.

GRÁFICO 10 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas com ensino superior completo (%). Brasil: 2019 A 2021

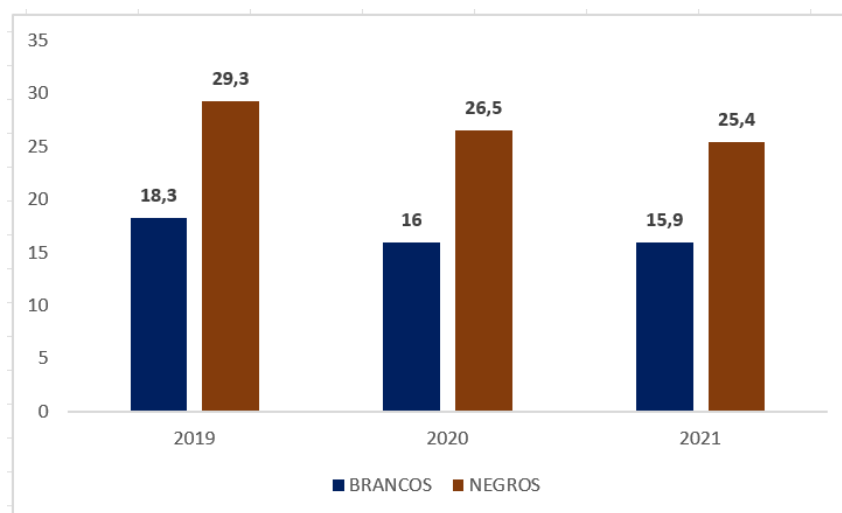


Fonte: IBGE;PNADC.

Elaboração própria.

Apesar da variação ao longo destes três anos ser relativamente parecida entre esses dois grupos étnicos, é notória a perpetuação das desigualdades nesse gráfico. Ou seja, enquanto os brancos empregados com ensino superior, representa, em média, 30,5% da população (entre os anos de 2019 a 2021), os negros representam 14,4%, o que significa a população branca nessas condições representa 112% a mais que os negros. Agora, é importante avaliar a situação contrária, isto é, aqueles com baixa instrução, no caso, os cidadãos que não têm o ensino fundamental completo.

GRÁFICO 11 - PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS SEM ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (%). BRASIL: 2019 A 2021

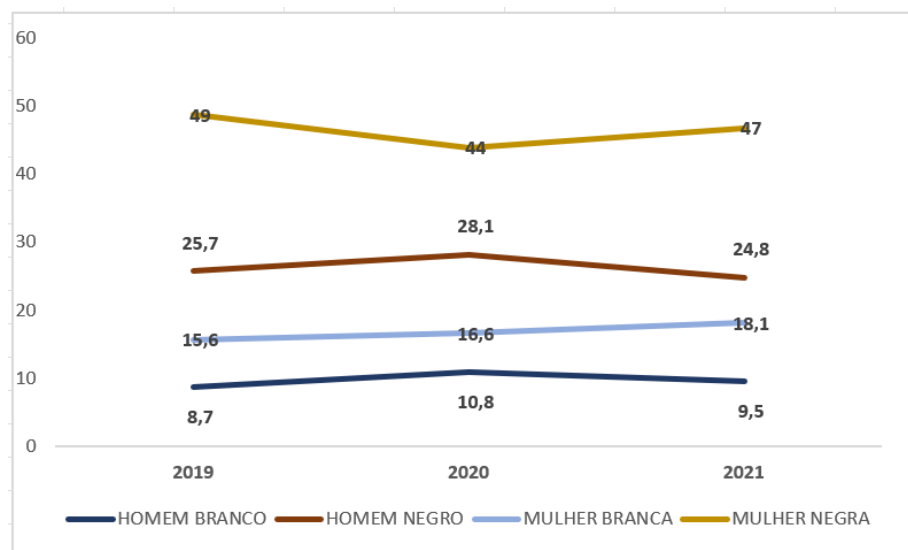


Fonte: IBGE; PNADC.

Elaboração própria.

No gráfico acima, a situação muda completamente. Aqui, negros representam a expressa maioria, demonstrando a desigualdade educacional que há entre esses grupos étnicos. De fato, uma pessoa com pouca instrução tende a conseguir empregos menos qualificados, logo, tendem a ter menores rendimentos e, não somente isso, mas como demonstrado anteriormente, empregos “frágeis”, em que o rendimento por si só já é menor, mas as condições trabalhistas também são baixas. Entretanto, apesar da discussão estar pautada na informalidade do mercado de trabalho, a realidade é que muitos negros realmente não conseguem trabalhar. O gráfico abaixo é capaz de demonstrar essa realidade.

GRÁFICO 12 - JOVENS DE 15 A 29 ANOS DE IDADE QUE NÃO ESTUDAM E NÃO ESTUDAM E NÃO ESTÃO OCUPADOS. BRASIL: 2019 A 2021



Fonte: IBGE;PNADC.

Elaboração própria.

Esse gráfico sozinho apenas atesta que negros, sobretudo mulheres negras, representam a maioria daqueles que estão sem estudar e sem trabalhar, contudo, as diferentes razões para tal situação devem ser consideradas na leitura do cenário. Um grande exemplo é a quantidade de pessoas que não conseguem estudar ou trabalhar pois precisam cuidar de afazeres domésticos ou dos filhos de outros parentes. De acordo com a PNADC (2021), aproximadamente 71% do total de pessoas nesta situação era representado por mulheres negras, 25,8% representado por mulheres brancas, 2% representado por homens negros e apenas 0,6% por homens brancos. Outro motivo que demonstra a desigualdade de gênero e racial brasileira é a quantidade de indivíduos que não conseguem ocupações por não terem experiência profissional ou qualificação, de acordo com a PNADC (2021), cerca de 42,9% dessa população é representada por mulheres negras, 26,4% por homens negros, 16,6% por mulheres brancas e 13,3% por homens brancos.

Portanto, entender a situação do negro em uma situação pandêmica é compreender que os indicadores podem variar de maneira parecida entre as diferentes populações étnicas, devido à situação econômica, sanitária e social do país. Entretanto, a situação do

negro pré pandemia, já indicava que o cidadão negro é mais vulnerável nestas situações, isto é, apresenta piores índices de desemprego, informalidade e rendimento.

3.2 A GESTÃO DE BOLSONARO NA CRISE PANDÊMICA E SUA RELAÇÃO COM A PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS

É impossível não pensar na pandemia e não lembrar da negligência da gestão de Bolsonaro perante a grave situação em que atravessava o país. Desse modo, as disparidades raciais já existentes foram perceptíveis ao longo da pandemia. De acordo com o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS) elaborou um documento técnico que investigou as discrepâncias na taxa de mortalidade e de recuperação dos pacientes hospitalizados por covid-19 no país. Enquanto a taxa de mortalidade dos pacientes negros era de 54,78% , a dos pacientes brancos era de 37,93% (NOIS, 2020).

Segundo o Boletim de Política Social (BPS) nº 28 (2021) do IPEA, o posicionamento de Bolsonaro na pandemia (e até mesmo no ano anterior à ela) revelou um desmonte do arcabouço institucional no combate ao racismo no Brasil (que já vinha do governo Temer e foi reforçado ainda mais no governo Bolsonaro). Na desqualificação da desigualdade racial, é possível encontrar uma tentativa de negação do racismo estrutural como um problema de calamidade pública. Um exemplo disso é o fato do Plano Plurianual de 2020 a 2023 praticamente não mencionar a promoção -da igualdade racial como uma prioridade, demonstrando a negligência do governo Bolsonaro perante essa questão. Desse modo, o discurso negacionista de Bolsonaro, somado à sua negligência perante a problemática racial no Brasil foi determinante nos impactos da população negra, já historicamente vulnerável.

3.3 UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NA POPULAÇÃO NEGRA

Dado os efeitos da pandemia, sentidos de maneira desigual entre os diferentes grupos da sociedade, a oposição na câmara federal e os movimentos sociais foram os responsáveis por fazer pressão no governo Bolsonaro frente às problemáticas advindas da pandemia. Nesse contexto, o Auxílio Emergencial foi aprovado pelo senado em 2020. A medida tinha como objetivo ajudar as famílias de baixa renda, ao atenuar as desigualdades escancaradas pelo período pandêmico por meio da transferência de renda. O congresso aprovou três parcelas de R\$ 600,00 para o auxílio emergencial em 2020 (lembrando que a proposta inicial do governo era de R\$200,00). Inicialmente, a estimativa era de que a

política atenderia aproximadamente 54 milhões de brasileiros, entretanto, o número de pedidos de auxílio ultrapassou 100 milhões. A Caixa Econômica Federal foi responsável pelo pagamento do Auxílio, lembrando que a CEF já é a responsável pelo pagamento do Programa Bolsa Família.

Um decreto publicado em julho de 2020 visava estender o benefício por dois meses e, após o período total (de cinco meses), o auxílio emergencial continuou, porém, reduzido pela metade, com parcelas de R\$ 300, 00 por mês. De acordo com DIEESE (2020), as parcelas de R\$ 600,00 desempenharam um papel crucial na sobrevivência de grande parte da população, assegurando pelo menos o consumo básico de alimentos. É relevante ressaltar que uma parte dos recursos gastos pelas famílias com base no auxílio retorna aos cofres públicos por meio de impostos, o que significa que o impacto fiscal líquido é mitigado. A redução do valor das parcelas para R\$ 300,00 até o final do ano, portanto, resultou em um agravamento dos índices de pobreza no país, uma diminuição da circulação de dinheiro e uma intensificação da crise alimentar no Brasil.

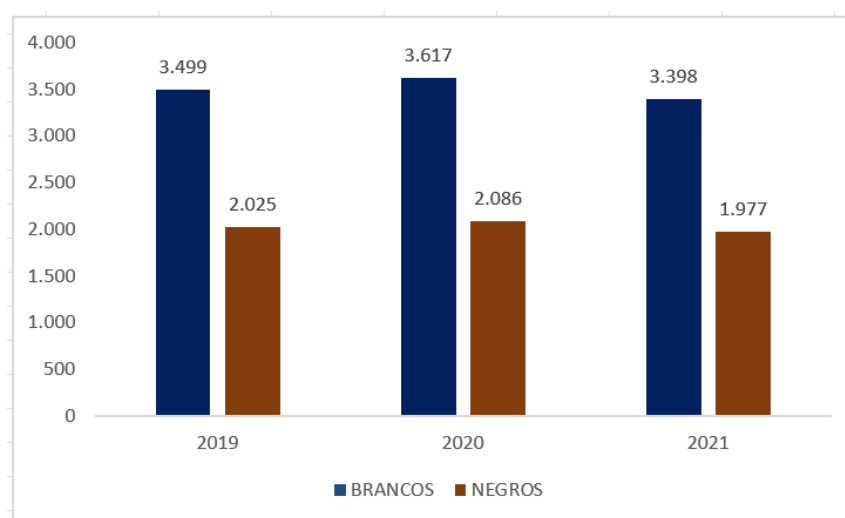
Portanto, analisar como essa medida afetou a renda da população negra é essencial para estudar a problemática racial no Brasil. Nesse sentido, o auxílio emergencial concedido pelo governo foi capaz de ampliar consideravelmente a quantidade de transferências não contributivas brasileiras, agindo como um seguro-desemprego para os trabalhadores informais que não poderiam continuar gerando renda mensal para si próprios, a desigualdade racial de renda acabou sendo impactada mesmo sem diferenciar explicitamente critérios de cor e raça.

“Com isso, o Auxílio Emergencial contribuiu para uma redução significativa da disparidade de renda média entre negros e brancos. Sem o Auxílio, a renda média dos brancos era quase 90% mais alta que a dos negros. Com o auxílio, esse percentual cai para 70%, valor ainda inaceitavelmente alto, evidentemente.” (SOUZA, 2021, p. 40)

No caso do auxílio emergencial, como a sua concentração se dá nas camadas mais pobres da sociedade, sendo o rendimento mensal per capita de pessoas negras 73,9% menor que o de pessoas brancas, já é de se esperar que a população negra seria afetada por essa medida, a questão é o quão intenso seria esse impacto. De acordo com a PNAD-COVID (maio a julho de 2020), aproximadamente dois terços do benefício foram direcionados para os pretos e pardos, sendo a participação do auxílio na renda total do

cidadão negro quase 20%, enquanto, para o branco, 6% ou 7% da renda total. Claramente, a disparidade de renda média entre negros e brancos diminui, entretanto, ainda está longe de ser um patamar aceitável. Nos gráficos abaixo, é possível observar a trajetória dos rendimentos médios entre os anos de 2019, 2020 e 2021.

GRÁFICO 13 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DOMICILIAR PER CAPITA (R\$) POR COR OU RAÇA. BRASIL: 2019 a 2021



Fonte: IBGE; PNADC

Elaboração própria.

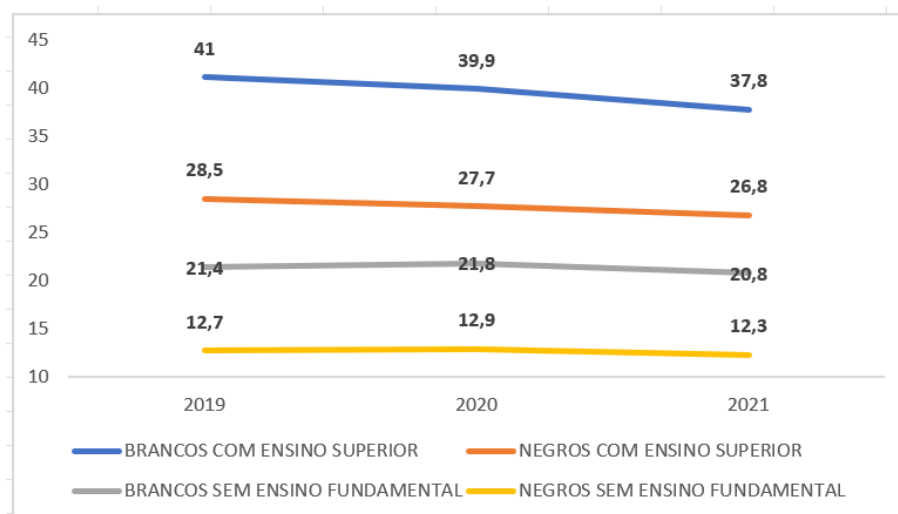
É possível observar que a variação do rendimento ao longo dos três anos varia de modo parecido, entretanto, a renda de pessoas brancas, em 2021, continua expressamente maior que a de pessoas negras. Isso demonstra que mesmo o auxílio emergencial influenciando diretamente no nível de renda da população negra positivamente, o impacto no longo prazo não foi tão significativo. De acordo com Ferreira (2020):

“Mesmo assim, o Auxílio Emergencial é imenso, e sua concentração nas camadas mais pobres implica maior cobertura da população negra. Em termos absolutos, em todos os meses, o valor per capita do auxílio foi maior entre negros do que entre brancos. Em julho, por exemplo, era 48% maior (R\$ 158,00 contra R\$ 107,00). Com efeito, quase dois terços dos benefícios foram para a população negra, que corresponde a cerca de 55% da população brasileira. Em termos relativos, o benefício variou entre 17% e 19% da renda total dos negros, contra apenas 6% ou 7% da renda dos brancos.” (FERREIRA, 2020, p. 476).

Desse modo, o nível de renda da população negra na pandemia poderia ser muito menor se não fosse a medida do auxílio emergencial. Contudo, alguns problemas na implementação desse benefício foram prejudiciais para a população. Em primeiro lugar, a plataforma online da Caixa Econômica Federal (CEF) apresentou inconsistência no cadastramento dos beneficiários, gerando filas enormes nas agências da CEF. Isso ocorreu pois muitos daqueles que precisavam do benefício não tinham acesso à internet ou a smartphones, fazendo com que as pessoas precisassem se expor ao vírus na busca de atendimento presencial (DIEESE, 2021). Além disso, a demora na implementação desse benefício prejudicou ainda mais a distribuição de renda no Brasil, tendo em vista que, inicialmente, o valor proposto pelo Ministério da Economia era de R\$ 250,00, ou seja, enquanto muitos outros países já estavam realizando seus pagamentos de modo direto aos necessitados, o Brasil ainda não tinha definido o valor exato a ser distribuído.

Portanto, considerando o impacto positivo do auxílio emergencial na pandemia, porém, realizado de modo inconsistente, seja pela demora do benefício, bem como sua pouca durabilidade e falta de organização na distribuição de beneficiários, o rendimento médio mensal real (2019 – 2021) demonstra que a diferença racial de renda continua extremamente discrepante. Além disso, o rendimento – hora médio real também demonstra essa realidade.

GRÁFICO 14 - RENDIMENTO-HORA MÉDIO REAL DOMICILIAR PER CAPITA (R\$) POR COR OU RAÇA. BRASIL: 2019/2021

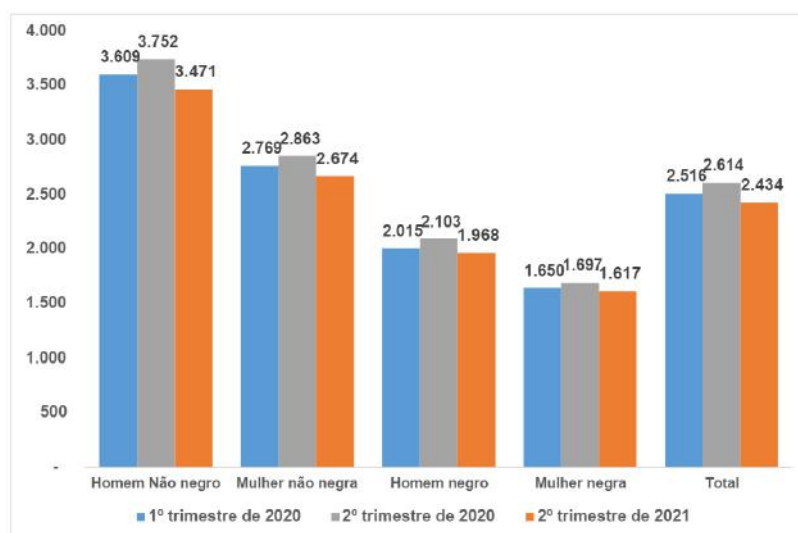


Fonte: IBGE; PNADC.

Elaboração própria

O gráfico acima endossa o gráfico 14. De fato, já que a maioria daqueles que trabalham na informalidade são negros, é possível notar que esses trabalhos geram menores níveis de renda a cada hora, logo, um rendimento mensal menor ao final do mês. Por fim, o gráfico abaixo termina de reiterar a hipótese de que os negros são os mais prejudicados em situações de crises econômicas, entretanto, quando o “fator gênero” é colocado em pauta, a situação é mais alarmante ainda.

GRÁFICO 15 – RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (R\$) POR RAÇA/COR E SEXO. BRASIL 1º tri 2020; 2º tri 2020; 2º tri 2021



Fonte: IBGE. PNADC.

Elaboração: DIEESE

Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2021/conscienciaNegra.html>.

Acesso em: 28/03/2024.

Como visto em gráficos anteriores, os níveis de rendimento variam consideravelmente de modo parecido entre as diferentes populações étnicas. Contudo, como a população negra já ocupava um lugar imposto socialmente de subalternidade, a situação acaba piorando para estes cidadãos, mesmo com o auxílio emergencial, que, como já pautado, foi extremamente importante, contudo, implementado de uma forma desorganizada, devido à baixa importância que o governo Bolsonaro deu ao cenário pandêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste último capítulo, foi possível perceber como os indicadores caminharam ao longo do período pandêmico, isto é, entre os anos de 2020 e 2021. É nítido que o mercado de trabalho sofreu com a crise econômica advinda da pandemia, entretanto, os cidadãos negros em si fazem parte de uma população já, historicamente, marginalizada. Os indicadores da pandemia indicam essa realidade e como o governo simplesmente se

omitiu perante a situação desses indivíduos. De acordo com Fernandes (1964), ao abordar a situação do negro recém liberto no começo do século XX na cidade de São Paulo, já relatava o descaso do Poder Público perante ao ex-escravizado:

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. Em certas situações histórico-sociais – como parece suceder com a cidade de São Paulo na época considerada, essa responsabilidade se tornou ainda mais penosa e difícil, dadas as possibilidades que poderiam ser realmente aproveitadas em sentido construtivo pelo negro. (FERNANDES, 1964, p. 35 – 36).

É nítido que a população negra teria dificuldades no mercado de trabalho em uma sociedade na qual as oportunidades disponíveis a esse cidadão sempre foram reduzidas a atividades que remontam as tarefas de um escravizado no período colonial. Moura (1988) também já indicou como se dá a estratégia de imobilismo social no Brasil:

Como podemos ver, a partir do momento em que o ex-escravo entrou no mercado de trabalho competitivo foi altamente discriminado por uma série de mecanismos de peneiramento que determinava o seu imobilismo. Além disso privilegiou-se o trabalhador branco estrangeiro, especialmente após a Abolição, o qual passou a ocupar os grandes espaços dinâmicos dessa sociedade. (MOURA, 1988, p. 75).

Apesar desse trecho abordar um momento histórico do final do século XIX, é importante notar como essas opressões deixaram mazelas sociais vistas até os dias de hoje. A Consolidação do neoliberalismo comentada neste trabalho nos anos 1990, representa a priorização do Poder Público em relação às suas pautas, isto é, indicadores sociais não se tratavam dos objetivos principais dos governos já citados, sobretudo, nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e, por último, Bolsonaro. Este último, inclusive, representava claramente uma gestão conservadora e retrógrada que negligenciou a pandemia e ignorou seus possíveis impactos negativos. O resultado disso foi a despriorização de pautas raciais, afetando os mais vulneráveis socialmente: pretos e pardos.

CONCLUSÃO

Por meio da captação da historicidade e processualidade do pensamento, ressaltando, principalmente, os processos e marcos históricos ao longo do tempo, buscou-se, neste trabalho, entender como a crise econômica gerada por um período pandêmico foi capaz de afetar o mercado de trabalho da população preta e parda no Brasil. Por isso, utilizou-se da perspectiva de autores que se dedicaram a compreender a dinâmica racial brasileira, isto é, Abdias Nascimento, Florestan Fernandes, Clovis Moura, Lelia Gonzalez, Silvio Almeida e Beatriz Nascimento, por exemplo.

Este trabalho tinha como objetivos específicos a) entender como se deu o processo de abolição da escravidão brasileira e como isso influencia as dinâmicas raciais do século XXI; b) compreender o neoliberalismo brasileiro como um mecanismo que dificulta a luta antirracista; c) averiguar como se deu a política econômica pós-2010 e como isso foi um fator determinante, principalmente, no nível de renda da população negra.

Em primeiro lugar, é necessário compreender que o processo de abolição da escravidão está relacionado com a posição de subalternidade imposta ao corpo negro nos dias de hoje. Portanto, apesar desta pesquisa buscar acontecimentos do final do século XIX, é importante entender que a situação econômica e social da população negra no século XXI se trata de uma “construção” ao longo de anos, na qual, por meio da ausência de políticas públicas, da perpetuação de ideais estéticos e culturais eurocêntricos e da divulgação do “mito da democracia racial”, através do racismo, cada vez mais estrutural (ALMEIDA, 2018), se tornou tão comum para a população como um todo, que as opressões diárias que ocorrem na sociedade são situações normalizadas. Fernandes (1978) já apontara esta situação do negro recém liberto no começo do século XX ao estudar o caso da cidade de São Paulo:

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse sem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (FERNANDES, 1978, p. 29).

Portanto, como Fernandes (1978) aponta, a preocupação do futuro do negro escravizado estava em foco apenas quando isso estava ligado ao futuro da lavoura. Desse modo, quando a abolição da escravidão ocorreu, o negro teve suas chances como agente de trabalho assalariado arruinadas e, sem a legislação ao seu lado, isto é, sem leis que pudessem proteger o ex-escravizado, esses indivíduos foram perdendo sua posição de mão-de-obra exclusiva.

Em segundo lugar, é importante compreender que o cidadão negro faz parte da população mais vulnerável da sociedade brasileira. Isso ocorre devido a fatores estruturantes da sociedade brasileira, formando uma espécie de “bola de neve”. Os negros são a maioria daqueles que têm pouco acesso à educação, gerando, evidentemente, indivíduos com baixa qualificação para o mercado de trabalho (cada vez mais competitivo). Desse modo, os negros representam grande parte daqueles que se encontram em empregos informais, portanto, o mercado de trabalho da população negra já é historicamente fragilizado, principalmente se comparado ao da população branca. Ou seja, em uma situação na qual o desemprego aumenta, por exemplo, é de se esperar que a população negra seja mais afetada e entender como o projeto neoliberal é capaz de interferir nessa situação é crucial para o debate. Nesse sentido, com a implementação do “plano real”, o governo FHC (1994 -2002) demonstrou que o Brasil, de fato, havia oficialmente iniciado sua era do neoliberalismo, apoiando-se no tripé neoliberal de abertura financeira, comercial e privatizações para continuar a adesão ao projeto neoliberal. As inconsistências no modelo não tardaram, resultando em um mercado de trabalho instável, com elevados graus de desemprego e informalidade.

Em terceiro lugar, foi compreendido que, ao longo dos anos, o governo mudou e os discursos também. Desse modo, os programas políticos tornaram-se mais inclusivos em pautas sociais, entretanto, economicamente, o neoliberalismo ainda se fazia presente nos mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) e após o golpe jurídico-parlamentar de 2016. Assim, a degradação do mercado de trabalho foi perceptível nos indicadores, com as reformas trabalhistas promovendo a precarização das relações entre patrão e empregado, a informalidade e o desemprego aumentando cada vez mais, como demonstrado nesse trabalho.

Por fim, observou-se que a situação do mercado de trabalho da população negra na pandemia percorreu um caminho já esperado de desigualdade entre os indicadores com relação à população não-negra. Indicadores como taxa de informalidade (%), taxa de

desemprego (%) e nível médio de renda mensal (R\$) flutuaram de modo parecido na população independentemente de etnia e raça, contudo, em 2019 a taxa de informalidade já era 25% para indivíduos negros se comparados com brancos, a taxa de desemprego já era 46% maior na população negra se comparada com a população branca e o nível de renda dos brancos já era, aproximadamente, 75% do que a dos negros. Portanto, a crise econômica apenas demonstrou quem já estava mais vulnerável em uma sociedade estruturalmente racista, ou seja, medidas como o “auxílio emergencial”, foram necessárias, porém, paliativas, dado a precária situação social em que o negro é colocado no Brasil desde à época da escravidão, já abolida, porém, com resquícios tão latentes até o dia de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARROW, Kenneth. J. **The theory of Discrimination**. In: ASHENFELTER, Orley; REES, Albert (Ed.).

ARAUJO, Leonardo; Gentil, Denise. **O Primeiro Governo FHC (1995 – 1998): o neoliberalismo escancarado. A economia brasileira de Getúlio a Dilma**. São Paulo: Hucitec, 2021.

ARAUJO, Leonardo; Gentil, Denise. **O Segundo Governo FHC: consolidação e crise do projeto neoliberal. A economia brasileira de Getúlio a Dilma**. São Paulo: Hucitec, 2021.

BECKER, Gary S. **The Economics of Discrimination**. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

BRUNO, Miguel. **O Segundo Governo Lula (2007 – 2010): consolidação e crise do projeto neoliberal. A economia brasileira de Getúlio a Dilma**. São Paulo: Hucitec, 2021.

CENTRO TÉCNICO CIENTÍFICO DA PUC-RIO. **Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS**. Disponível em: <https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/> Acesso em: 25 out. 2023

CLÍNICA DA FAMÍLIA ZILDA ARNS (Rio de Janeiro). **Painel de monitoramento Covid-**

19. Disponível em: <https://datastudio.google.com/u/0/reporting/dd7abf2f-420c-4d9b-89c2-f4eda31c58ef/page/4ySuB>. Acesso em: 23 fev. 2024.

CURTY, Carla; MALTA, Maria. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. In: MALTA, Maria; LÉON, Jaime; BORJA, Bruno (ORgs.). **Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução**. Rio de Janeiro, RJ: Morula Editorial, 2022.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A Persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho**. São Paulo. DIEESE, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletimPopulacaoNegra2022.html>. Acesso em: 02 fev. 2024.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro. **Economia para Poucos**. São Paulo: Editora Autonomia, 2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica**. Coleção ensaios brasileiros contemporâneos, pp.399-416, 2016.

GÓES, E. F.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. **Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, p. 2-7, 2020.

HERDEIRO, R. M. C; Santos, N. B. **Decolonização do pensamento econômico**: a problemática da discriminação e o racismo. In: Paulo Henrique Borges da Rocha; José Luiz Quadros de Magalhães; Patrícia Miranda Pereira de Oliveira. (Org.). Decolonialidade a partir do Brasil. 1ed.Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020, v. 3, p. 45-72.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206 p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 44). Disponível em: . Acesso em 21 dez. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 47. Rio de Janeiro: IBGE. 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf>. Acesso em 21 dez. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **PNAD COVID-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (DIMAC). **Carta de Conjuntura: Mercado de Trabalho**. n. 29. Rio de Janeiro: Ipea; Dimac, 2015. Disponível em: . Acesso em jan. 2024.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz (2019). **A mulher negra no mercado de trabalho**. Disponível em: http://mulheres.pandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 04 fev. 2024.

NOVO, Daniella Et Al. 2022. **Idosa é resgatada no Rio após 72 anos em situação análoga à escravidão; é caso mais antigo de exploração no Brasil**. G1, 13 de maio de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/13/idosa-e-resgatada-no-rio-apos-72-anos-em-situacao-analoga-a-escravidao.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2024.

OLIVERA, Margarita. Discrimination in labor Markets. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1973. **Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil**: uma análise da economia feminista. Revista Praia Vermelha, vol. 32, n.1, pp. 5-23, 2022.

RAMOS, Arthur. **O folclore negro do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

SILVA, T. D.; SILVA, S. P. Trabalho, população negra e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD COVID-19. 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10303>>. Acesso em: 21 dez. 2023.

SOARES, Marcela. **Escravidão e dependência**: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. São Paulo: Editora X, 2022.

ARAUJO, Leonardo; Gentil, Denise. **O Primeiro Governo FHC (1995 – 1998)**: o neoliberalismo escancarado. A economia brasileira de Getúlio a Dilma. São Paulo: Hucitec, 2021.

ARAUJO, Leonardo; Gentil, Denise. **O Segundo Governo FHC**: consolidação e crise do projeto neoliberal. A economia brasileira de Getúlio a Dilma. São Paulo: Hucitec, 2021.

BRUNO, Miguel. **O Segundo Governo Lula (2007 – 2010)**: consolidação e crise do projeto neoliberal. A economia brasileira de Getúlio a Dilma. São Paulo: Hucitec, 2021.